

Itaú fundo
multipatrocinado

ESPM

Relatório Anual Completo 2016

Plano de Benefícios **AESPM**
CNPB: 1997.0009-38

I - Resumo

1. Mensagem da Diretoria Executiva	3
2. Saiba mais sobre a Patrocinadora	4
3. Saiba mais sobre o Plano	5
4. Situação Patrimonial	6
a. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano.....	6
b. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano.....	7
5. Opinião sobre os resultados	8
a. Parecer da Auditoria Externa.....	8
b. Parecer Atuarial do Plano.....	8
6. Informa�es sobre Investimentos	9
a. Comentários sobre 2016.....	9
b. Perspectivas para 2017.....	10
c. Rentabilidade do Plano.....	11
d. Política de Investimento.....	11
e. �ndice de Referência do Plano.....	11
f. Faixas de Aloca�o de Recursos do Plano.....	12
g. Aloca�o por Gestor do Plano.....	13
h. Auditoria dos Investimentos.....	13
7. Informa�es sobre Despesas Do Plano	14
8. Composi�o do Conselho	15
9. Glossário	16

II - Demonstra es Contábeis

1. Balanço Patrimonial	17
2. Demonstr�o da Muta�o do Patrimônio Social (DMPS) – Consolidada	18
3. Demonstr�o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Consolidada	19
4. Demonstr�o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Do Plano	20
5. Demonstr�o da Muta�o do Ativo Líquido (DMAL) – Do Plano	21
6. Demonstr�o do Ativo Líquido (DAL) – Do Plano	22
7. Demonstr�o das Provisões Técnicas (DPT) – Do Plano	23
8. Notas Explicativas	24
9. Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstra�es Contábeis	60

III - Investimentos

1. Políticas de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa	61
2. Políticas de Investimentos – Do Plano	67
3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa	70
4. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Do Plano	77

IV - Outras Informa es

1. Parecer Atuarial	78
2. Parecer do Conselho Fiscal	82
3. Ata da Reunião do Conselho Deliberativo	83

1. Mensagem da Diretoria Executiva

Ao longo de 2016 os brasileiros se depararam com muitas manchetes importantes. Entre mudanças nos cenários econômico, social e político, acompanhamos momentos em que a falta de horizonte se alternou com o otimismo. Notou-se um claro progresso na agenda de medidas estruturantes, tais como a instituição de um teto de gastos, mas ainda será necessário avançar na agenda fiscal para reverter a deterioração das contas públicas. A Reforma da Previdência foi enviada para o Congresso, mas as incertezas quanto à duração de sua tramitação e qual será a sua forma final persistem. Se tal prognóstico sugere cautela, também abre espaço para o otimismo, afinal 2017 poderá ser um importante divisor de águas para o país, um ano no qual construiremos as bases para crescer mais à frente.

Após o fechamento de mais um ano, apresentamos neste Relatório Anual a situação contábil e financeira do seu Plano de Previdência Complementar.

Aproveite este material para conhecer ainda mais sobre a gestão dos benefícios e a gestão administrativa da Entidade que administra os recursos do seu plano de previdência e saiba como foram as realizações do ano de 2016.

Contamos com profissionais qualificados, trabalhando com excelência para buscar bons retornos ao seu investimento. E você também tem um papel importante nesta fase: manter um planejamento financeiro previdenciário e acompanhar, com atenção, todos os aspectos do seu plano.

Boa leitura!

Diretoria Executiva

2. Saiba mais sobre a Patrocinadora

Caro Participante!

O Relatório Anual do Itaú Fundo Multipatrocinado reúne os principais documentos e informações que permitem a você acompanhar de perto o seu plano e analisar a entidade sob os seguintes aspectos:

- Posição Patrimonial e Financeira;
- Despesas administrativas;
- Resultado dos investimentos em 2016;
- Política de investimentos para 2017;
- Alterações realizadas em seu plano em 2016;
- Situação atuarial.

Este Relatório Anual está em linha com os princípios do Itaú Fundo Multipatrocinado, retratando a transparência, governança corporativa e seriedade que orientam todas as ações da entidade.

Em caso de dúvidas, consulte a entidade, por meio dos canais de comunicação disponibilizados a você. Teremos o maior prazer em ajudar.

Itaú Fundo Multipatrocinado

O IFM – Itaú Fundo Multipatrocinado é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em dezembro de 1993 que administra os planos de previdência complementar contratados pelas empresas que desejam oferecer esse benefício aos seus colaboradores.

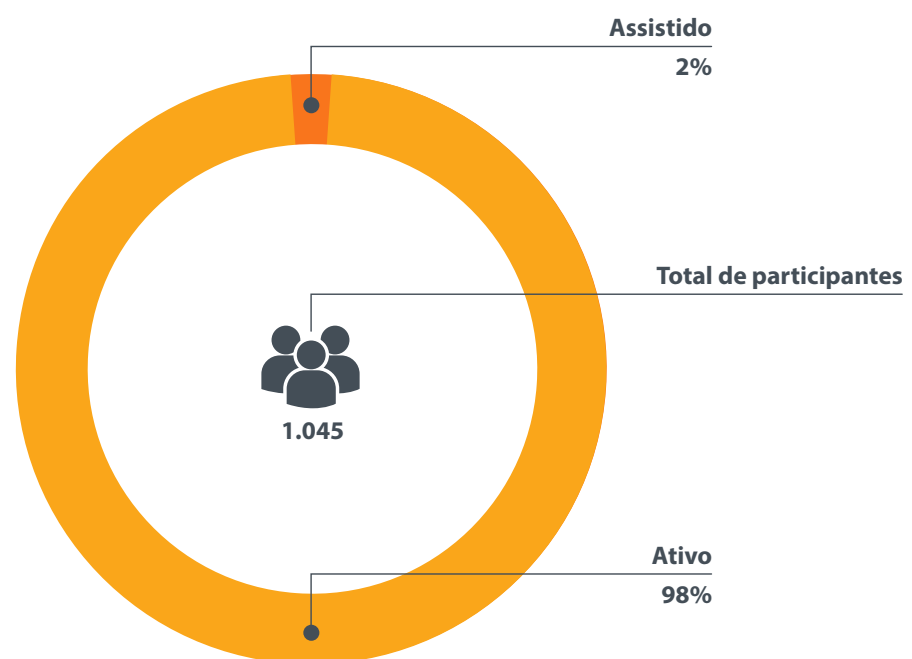
O IFM possui uma gestão altamente responsável que aplica as boas práticas de governança, como transparência, prestação de contas e integridade.

Atualmente o IFM é composto por:

- 31 planos
- 34.959 participantes
- Patrimônio total de R\$ 2,3 bilhões

3. Saiba mais sobre o Plano

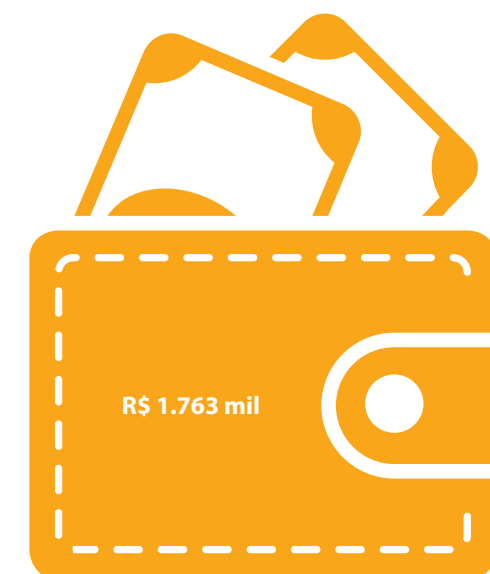
PARTICIPANTES DO PLANO



PATRIMÔNIO



PAGAMENTOS EM 2016



4. Situação Patrimonial

A. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) DO PLANO

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Para acompanhamento da situação patrimonial e financeira do seu plano de benefícios, é importante analisar os dados de, pelo menos, dois documentos contábeis elaborados anualmente.

Veja, a seguir, os principais números de 2016 comparados aos resultados do exercício anterior:

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Apresenta a posição financeira das contas que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social do plano. O ativo líquido é o montante que o plano possui para cumprir com os pagamentos de benefícios atuais e futuros.

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
1. ATIVOS	52.398	42.428	23
Disponível	4	3	33
Recebível	456	410	11
Investimentos	51.938	42.015	24
Fundos de Investimento	51.938	42.015	24
2. OBRIGAÇÕES	16	25	(36)
Operacional	16	25	(36)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	17	12	42
Administrativo	17	12	42
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	52.365	42.391	24
Provisões Matemáticas	51.337	41.363	24
Fundos Previdenciais	1.028	1.028	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

4. Situação Patrimonial

B. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) DO PLANO

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	42.391	-	100
1. ADIÇÕES	11.795	2.344	403
(+) Contribuições	5.533	1.214	356
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.262	1.130	454
2. DESTINAÇÕES	(1.821)	(286)	537
(-) Benefícios	(1.763)	(266)	563
(-) Custeio Administrativo	(58)	(20)	190
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	9.974	2.058	385
(+/-) Provisões Matemáticas	9.974	2.184	357
(+/-) Fundos Previdenciais	-	(437)	(100)
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	-	311	(100)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	40.333	(100)
(+/-) Operações Transitórias	-	40.333	(100)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	52.365	42.391	24
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	17	12	42
(+/-) Fundos Administrativos	17	12	42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5. Opinião sobre os resultados

A. PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

Em 27 de março 2017, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes emitiu seu parecer sobre as demonstrações do Itaú Fundo Multipatrocinado, no qual atesta que “as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Itaú Fundo Multipatrocinado e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).”

B. PARECER ATUARIAL DO PLANO

Em 20 de março de 2017, a Aon Hewitt, consultoria responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios AESPM, apresentou a seguinte conclusão:

“Na qualidade de atuários responsáveis pela Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria AESPM, administrado pelo Itaú Fundo Multipatrocinado, informamos que no momento desta Avaliação o Plano encontra-se financeiramente equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, dependendo do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter o equilíbrio.”

6. Informações sobre investimentos

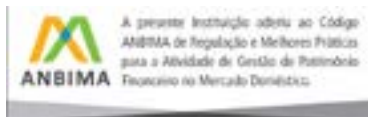
A. Comentários sobre 2016

No Brasil:

O ano de 2016 foi marcado por momentos de muita turbulência no cenário econômico. Fatores como resultados fiscais decepcionantes, inflação (IPCA) acima do esperado, recessão econômica, e incertezas no cenário político contribuíram esta conjuntura. Apesar das sequelas de longo prazo deixadas pela crise, já há tênues sinais de melhora da confiança no país.

No mundo:

No cenário externo, a desaceleração do crescimento chinês e a queda no preço das commodities também geraram incertezas no mercado. Todos estes fatores levaram a um movimento de alta de juros, principalmente nos vencimentos mais longos de juros futuros. No mercado de ações, o índice Ibovespa fechou 2016 com alta de 38,94%, primeira valorização anual desde 2012 e a maior alta desde 2009.



O comentário econômico é uma publicação da Itaú Asset Management. A Itaú Asset Management é o segmento do Itaú Unibanco especializado em gestão de recursos de clientes. As informações contidas nessa publicação foram produzidas dentro das condições atuais de mercado e da conjuntura e refletem uma interpretação do Itaú Unibanco, podendo ser alteradas a qualquer momento sem aviso prévio. Esta publicação possui caráter meramente informativo e não reflete oferta ou recomendação de investimento de nenhum produto específico. Para análise de produtos específicos oferecidos pelo Itaú Unibanco, consulte seu gerente para maior detalhamento e informações completas acerca de suas peculiaridades e riscos. O Itaú Unibanco não se responsabiliza por decisões de investimento tomadas com base nos dados aqui divulgados.

6. Informações sobre investimentos

B. PERSPECTIVAS PARA 2017

No Brasil:

Em muitos sentidos, podemos dizer que os últimos meses trouxeram boas notícias para o Brasil. A inflação cedeu em um ritmo impressionante, tornando uma desinflação em direção ao teto do regime de metas – antes impensável – em uma possibilidade real. Apesar de ser um exemplo relevante, não é o único. A confiança dos agentes econômicos apresentou uma recuperação significativa nos últimos dois trimestres e o ânimo com a agenda de reformas estruturais proposta pelo governo se traduziu em uma melhora do risco percebido pelo mercado e da precificação de ativos brasileiros. Não é exagero afirmar que encontramos razões para o otimismo.

Ainda assim, diante de importantes desafios associados ao cenário doméstico e internacional, também identificamos fontes relevantes de incerteza, que exigem cautela tanto por parte dos analistas, quanto dos investidores. Essa cautela está intrinsecamente associada à recuperação lenta e moderada da atividade brasileira, que foi confirmada pelos dados de atividade do terceiro trimestre, cujas perspectivas para o curto prazo ainda são desanimadoras.

A recuperação será gradual. Para tanto, pesará o desemprego, que já afeta mais de 12 milhões de brasileiros, continuará a subir ao longo dos próximos meses, comprometendo negativamente a renda das famílias e limitando, portanto, o seu consumo. Diante de um cenário desabonador para o mercado de trabalho, não esperamos que essa tendência negativa para o consumo seja revertida por uma expansão do crédito. Esse mesmo dilema continuará a afetar as empresas, que também se confrontam com uma disponibilidade de caixa limitada, margens pressionadas e taxas de juros elevadas, de modo que o processo de desalavancagem também será lento.

Além disso, o governo federal tem caminhado na direção de um ajuste fiscal centrado no controle de despesas, com a instituição de um teto para os gastos públicos. Tudo considerado, esperamos que a atividade apresente uma expansão moderada de 0,2% em 2017. De acordo com nossas projeções, os próximos trimestres pavimentarão o caminho para uma expansão mais robusta a partir de 2018, quando a recuperação cíclica levará o país a crescer mais do que o seu potencial.

Tais projeções reforçam a tendência corrente de desaceleração dos preços. De fato, os últimos indicadores de inflação surpreenderam positivamente o mercado, mostrando expansões dos preços ao consumidor mais baixas do que as esperadas pelo mercado. Segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), os preços subiram 7,9% entre novembro de 2015 e o mesmo período de 2016, acima da meta perseguida pelo Banco Central do Brasil (BCB) (4,5%), mas é menor do que o registrado ao longo dos últimos trimestres. Para 2017, as perspectivas para os preços de alimentos são favoráveis e os preços já não sofrerão o impacto dos choques vistos nos últimos 18 meses, o que nos leva a trabalhar com um IPCA de 5% para o ano.

De uma maneira geral, avaliamos que o cenário doméstico é consistente com um ritmo mais célere de distensão da política monetária, o que se traduziria em um corte de 50 pb já na próxima reunião de política monetária. Os modelos do BCB, afinal, contemplam projeções para o IPCA próximas do centro da meta mesmo quando são utilizadas trajetórias que incluem cortes desta magnitude a partir de janeiro. O nível de incerteza mais elevado e possíveis turbulências nos mercados internacionais, no entanto, poderão pesar na decisão do Comitê, fortalecendo a tese de um viés mais cauteloso na próxima reunião.

Caso nosso cenário-base se concretize, haverá amplo espaço para cortes da taxa de juros ao longo dos próximos anos, o que levará a Taxa Selic a se aproximar de seu nível neutro, encerrando 2017 em 10% ao ano.

No mundo:

Nos Estados Unidos, na esteira da eleição do candidato republicano Donald Trump como o 45º presidente norte-americano, surgiram muitos questionamentos acerca das políticas que serão capitaneadas pelo governo a partir de 2017, incluindo assuntos tão diversos quanto regulação bancária, gastos públicos, políticas sociais e externas. Apesar da nomeação de alguns membros-chave da equipe de transição e do gabinete que assumirá o controle da Casa Branca, ainda há muita incerteza.

Em nosso entendimento, tais incertezas são eminentemente de cunho fiscal e de natureza externa. Do ponto de vista fiscal, a proposta apresentada por Trump prevê cortes de impostos mais agressivos do que o defendido pelo próprio partido republicano, com grande ênfase no corte de impostos das empresas. Em relação às relações comerciais, o presidente eleito advoga pela proteção de postos de trabalho nos Estados Unidos, o que poderia se traduzir – entre outras medidas – em um aumento da tributação de bens e serviços importados. Ainda que sejam políticas que podem gerar efeitos positivos para a atividade doméstica no curto prazo, julgamos que os impactos das propostas veiculadas até esse momento não são claros, especialmente em um contexto de pleno emprego.

Na Zona do Euro, as considerações políticas também ganharam as manchetes, em especial na França. No final de novembro o ex-primeiro ministro François Fillon ganhou as primárias do partido de centro-direita republicano, em um resultado que diferiu daquele retratado pelas pesquisas recentes. A eleição presidencial ocorrerá somente no segundo trimestre de 2017, mas esperamos que estes e outros temas políticos continuem em destaque ao longo dos próximos meses. Entre eles destacamos as consequências do referendo constitucional italiano e as eleições austríacas, holandesas e alemãs, que acontecerão ao longo dos próximos trimestres. Independentemente de quais sejam os resultados dos eventos em cada um dos integrantes do bloco europeu, a sensação é de que os desafios enfrentados pelos países são similares: apesar de apresentar níveis de confiança bons, o crescimento do bloco continua moderado. Na busca por estímulos para a atividade, diversas organizações têm defendido o uso de políticas fiscais para impulsionar a atividade, mas não têm contado com o apoio das instituições europeias de uma maneira geral.

Na ausência de um viés expansionista para a política fiscal, os integrantes do comitê de política monetária do Banco Central Europeu (BCE) continuaram a ressaltar o limite das políticas monetárias expansionistas ao longo das últimas semanas. De fato, o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, afirmou que a recuperação econômica do bloco tem sido intrinsecamente associada a uma política monetária acomodatória e que não existem sinais claros de uma aceleração consistente da inflação.

Em nosso entendimento, o principal risco para a economia chinesa continua a ser o de uma desaceleração mais brusca da atividade, um cenário que pode se concretizar a depender do ambiente global. Por essa razão, torna-se ainda mais importante a realização de reformas que fortaleçam o consumo interno e diminuam a dependência da China de suas fontes tradicionais de crescimento via demanda externa.

Nesse sentido, os sinais recentes não são inspiradores. De fato, a ambiciosa agenda de reformas apresentada pelo governo central nos últimos anos parece ter sido colocada de lado em favor da manutenção do ritmo de crescimento no curto prazo. Com a maior proximidade do Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, evento que acontece a cada cinco anos e será realizado no segundo semestre de 2017, o governo central poderá anunciar medidas buscando contornar quaisquer movimentos mais bruscos dos indicadores de atividade, emprego e inflação.

6. Informações sobre investimentos

C. RENTABILIDADE DO PLANO

Rentabilidade Bruta

Em 2016 a carteira do plano apresentou rentabilidade bruta de 14,77% contra 14,56% de retorno do seu Benchmark (73% CDI + 25% IMA-B5 + 2% IRFM).

RENTABILIDADE RENDA FIXA	RENTABILIDADE RENDA VARIÁVEL	RENTABILIDADE INVESTIMENTO NO EXTERIOR	RENTABILIDADE INVESTIMENTO ESTRUTURADO	RENTABILIDADE CARTEIRA
14,77%	-	-	-	14,77%

Rentabilidade Líquida

RENTABILIDADE LÍQUIDA
14,35%

A rentabilidade líquida é a mesma que corrige o saldo do participante e pode ser conferida no site de participante.

D. POLÍTICAS DE INVESTIMENTO

As políticas de investimentos procuram refletir as características de cada plano e os interesses dos participantes, considerando a sua propensão a poupar e a sua aversão ao risco, veja a seguir breve descrição.

E. ÍNDICE DE REFERÊNCIA DO PLANO

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2017 A 12/2017				
PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS %AA
73,00	RENDA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
25,00	RENDA FIXA	100,00	IMA-B 5	0,00
2,00	RENDA FIXA	100,00	IRF-M	0,00
73,00	PLANO	100,00	DI-CETIP	0,00
25,00	PLANO	100,00	IMA-B 5	0,00
2,00	PLANO	100,00	IRF-M	0,00

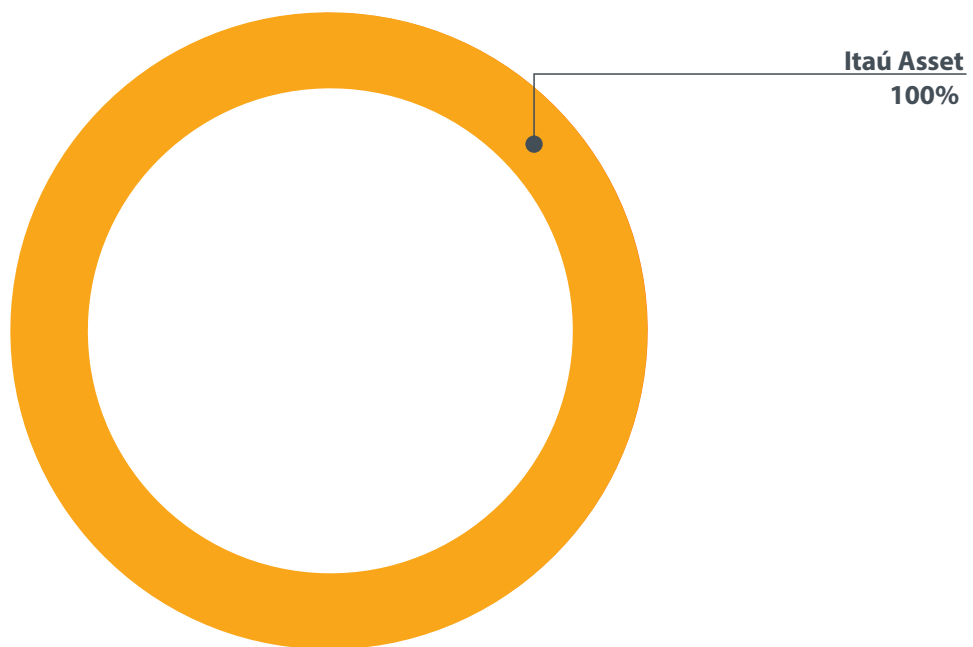
6. Informações sobre investimentos

F. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO PLANO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda fixa	60%	100%	100%
Renda variável	0%	20%	70%
Investimentos Estruturados	0%	10%	20%
Fundos de Investimentos Imobiliários, FIP, FIEE	0%	0%	10%
FI ou FIC Multimercado	0%	10%	10%
Investimentos no exterior	0%	10%	10%
Imóveis	0%	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	0%	0%	15%
Empréstimos a participantes	0%	0%	15%
Financiamentos imobiliários a participantes	0%	0%	10%

6. Informações sobre investimentos

G. ALOCAÇÃO POR GESTOR DO PLANO



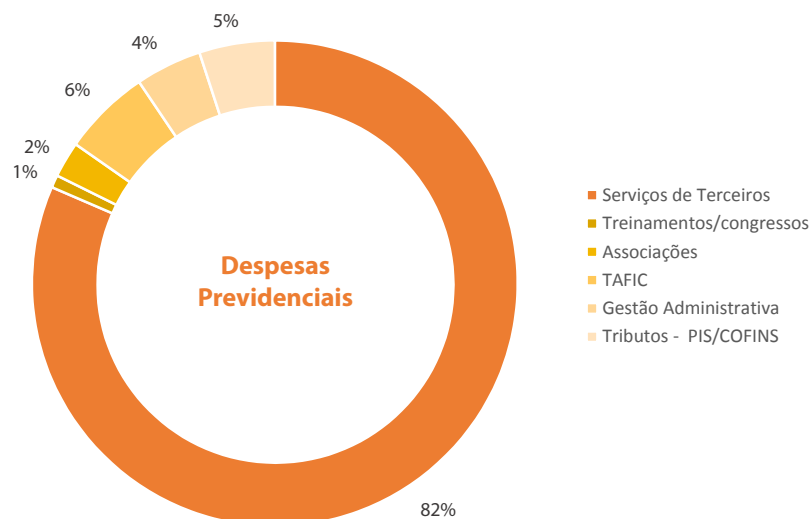
H. AUDITORIA DOS INVESTIMENTOS

Anualmente, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras é avaliada a aplicação dos recursos do Plano de Benefícios. Em 2016, foi realizada pela Pricewaterhouse Coopers.

7. Informações sobre Despesas do Plano

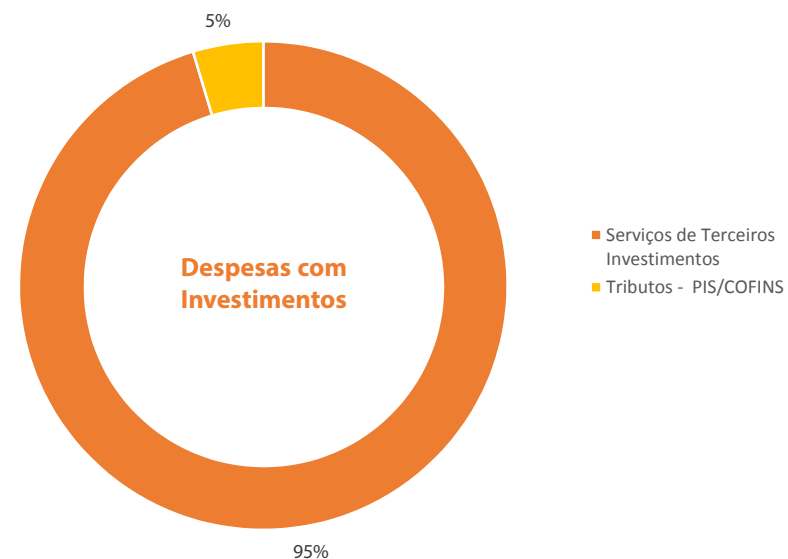
Despesas Administrativas

As despesas totais do Itaú Fundo Multipatrocinado com o Plano de Benefícios AESPM em 2016 foram de R\$ 223 mil conforme distribuição nos gráficos a seguir:



(Em Milhares de Reais)

DESPESAS PREVIDENCIAIS	
Despesa	2016
Serviços de Terceiros	45,37
Treinamentos/congressos	0,45
Associações	1,33
TAFIC	3,27
Gestão Administrativa	2,45
Tributos - PIS/COFINS	2,80
Total Geral	55,68



(Em Milhares de Reais)

DESPESAS COM INVESTIMENTOS	
Despesa	2016
Serviços de Terceiros Investimentos	159,91
Tributos - PIS/COFINS	7,80
TOTAL GERAL	167,71

8. Composição do Conselho

CONSELHO DELIBERATIVO	
CARGO	NOME
PRESIDENTE	CLAUDIO CÉSAR SANCHES
PRESIDENTE SUPLENTE	FERNANDO MATTAR BEYRUTI
CONSELHEIRO EFETIVO	ARNALDO CESAR SERIGHELLI
CONSELHEIRO EFETIVO	PEDRO GABRIEL BOAINAIN
CONSELHEIRO SUPLENTE	FLÁVIO DA SILVA PIRES
CONSELHEIRO EFETIVO	VICTOR ANDRÉ FIGUEIRA DE OLIVEIRA
CONSELHEIRO SUPLENTE	ANDREA MASCARENHAS POLETTO
CONSELHEIRO EFETIVO	ROBERTO SANTIAGO TAKATSU
CONSELHEIRO SUPLENTE	MASAAKI ITAKURA
CONSELHEIRO EFETIVO	WILISSON RIBEIRO
CONSELHEIRO SUPLENTE	CAMILO GOMES DE ALMEIDA LACERDA
CONSELHEIRO EFETIVO	RAFAEL AMARAL CUNHA
CONSELHEIRO SUPLENTE	ANA CLAUDIA GONÇALVES AKAMATSU
CONSELHEIRO EFETIVO	FRANCISCO ANTONIO FRANCISCO
CONSELHEIRO SUPLENTE	PAMELLA TALITA MARCO MAXIMIANO
CONSELHEIRO EFETIVO	MÁRCIO NERI

CONSELHO FISCAL	
CARGO	NOME
PRESIDENTE	ADNIEL DAVID ORENSE RIVAS
PRESIDENTE SUPLENTE	MARIBEL CAMINATTI PONTIROLLI DE FREITAS
CONSELHEIRO EFETIVO	TATIANA RODRIGUES DE QUEIROZ
CONSELHEIRO SUPLENTE	THIAGO ORFALE GIACOMINI
CONSELHEIRO EFETIVO	MARLENE CARTIANO FERNANDES
CONSELHEIRO SUPLENTE	GABRIEL AGAR SILVA BERTOLAZZI

DIRETORIA EXECUTIVA	
CARGO	NOME
DIRETOR SUPERINTENDENTE	REGINALDO JOSÉ CAMILO
DIRETOR	ARNALDO ALVES DOS SANTOS
DIRETOR	NELSON GONÇALVES JÚNIOR
DIRETOR	ROBERTO TEIXEIRA DE CAMARGO

9. Glossário

Chegou a hora de analisar os documentos referentes ao ano de 2016 que comprovam a solidez do Itaú Fundo Multipatrocinado.

Porém, antes dessa análise, você não deve estar familiarizado com os termos **CONTIDOS** neste documento. Desta forma, preparamos este **Glossário** para lhe explicar o que significa cada um deles:

- o **Balanco Patrimonial** apresenta a posição financeira e patrimonial da entidade em 31 de dezembro, representando, portanto, uma posição estática. O ativo é o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos e o passivo compreende as obrigações para com os participantes e terceiros;
- a **Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social (DMPS)** apresenta a movimentação do patrimônio social da entidade através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos;
- a **Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido por Plano de Benefícios** apresenta a movimentação do ativo líquido do plano de benefícios através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos;
- a **Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL)** evidencia a composição do ativo líquido do plano de benefícios no exercício a que se referir, apresentando saldos de contas do ativo e passivo;
- a **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA)** revela a atividade administrativa da entidade, apresentando a movimentação do fundo administrativo através das receitas, despesas e rendimento obtido no exercício a que se referir;
- a **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios** apresenta a atividade administrativa da entidade, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando a movimentação do fundo administrativo existente em cada plano;
- a **Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios (DOAP)** evidencia a composição do patrimônio de cobertura do plano de benefícios no exercício a que se referir, apresentando o detalhamento das provisões matemáticas e o equilíbrio técnico;
- o **Demonstrativo de Investimentos** revela a alocação de recursos da entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável etc.), a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação;
- o **fundo** significa o ativo administrado pela entidade, que será investido de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, por meio da política de investimentos;
- a **meta atuarial** é uma meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do fundo, de forma que os eventuais compromissos futuros da entidade possam ser cumpridos;
- o **parecer atuarial** é um relatório preparado por um estatístico especializado em seguros e previdência (atuário), que apresenta estudos técnicos sobre o plano de previdência que estiver analisando. Seu objetivo é avaliar a saúde financeira da entidade para poder honrar o pagamento dos benefícios presentes e futuros;
- o **participante** é a pessoa que está inscrita como tal no plano. Para conhecer a definição exata de participante e também a de beneficiário, leia o regulamento do seu plano;
- a **patrocinadora** é a empresa que custeia o plano junto com os participantes (isso quando as contribuições dos participantes estão previstas no regulamento). Um plano de previdência complementar pode ter uma ou mais patrocinadoras;
- a **política de investimentos** é um documento de periodicidade anual que apresenta diversas informações, como: 1) critérios de alocação de recursos entre os segmentos de renda fixa, renda variável etc.; 2) objetivos específicos de rentabilidade para cada segmento de aplicação; 3) limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica; 4) limites utilizados para a realização de operações com derivativos e 5) avaliação do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazos, entre outras coisas. Estas informações auxiliam na avaliação dos recursos investidos, na escolha das instituições financeiras que vão administrar os investimentos e na avaliação dos limites de risco de mercado e de crédito, por exemplo. Neste relatório anual, você terá a oportunidade de ver o resumo da política de investimentos.

Todos os documentos que você analisará a seguir já foram encaminhados para o controle e a verificação da Previc, que tem como uma de suas principais missões proteger os interesses dos participantes.

Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Disponível	2.581	620
Realizável	2.319.574	1.967.015
Gestão Previdencial (nota 5)	11.815	11.839
Gestão Administrativa (nota 5)	2.770	2.521
Investimentos (nota 6)	2.304.989	1.952.655
Títulos Públicos	224.138	207.554
Ações	-	12.230
Fundos de Investimento	2.080.142	1.730.771
Empréstimos e Financiamentos	709	2.100
TOTAL DO ATIVO	2.322.155	1.967.635

(Em Milhares de Reais)

PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
Exigível Operacional (nota 7)	5.505	6.902
Gestão Previdencial	4.321	6.030
Gestão Administrativa	1.176	871
Investimentos	8	1
Exigível Contingencial (nota 8)	2.506	2.319
Gestão Administrativa	2.506	2.319
Patrimônio Social	2.314.144	1.958.414
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.260.243	1.916.325
Provisões Matemáticas (nota 9)	2.257.750	1.918.690
Benefícios Concedidos	507.348	423.118
Benefícios a Conceder	1.755.195	1.505.649
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(4.793)	(10.077)
Equilíbrio Técnico (nota 10)	2.493	(2.365)
Resultados Realizados	2.493	(2.365)
Superávit Técnico Acumulado	2.493	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(2.365)
Fundos (nota 11)	53.901	42.089
Fundos Previdenciais	46.642	33.656
Fundos Administrativos	7.259	8.432
Fundos dos Investimentos	-	1
TOTAL DO PASSIVO	2.322.155	1.967.635

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis

2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) - Consolidada

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Varição (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.958.414	1.578.059	24
1. ADIÇÕES	517.439	318.124	63
(+) Contribuições Previdenciais	167.022	155.841	7
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	336.425	149.740	125
(+) Receitas Administrativas	12.822	11.673	10
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.170	870	34
2. DESTINAÇÕES	(161.709)	(108.072)	50
(-) Benefícios	(146.543)	(96.328)	52
(-) Despesas Administrativas	(15.165)	(11.744)	29
(-) Reversão de Fundos de Investimento	(1)	-	100
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	355.730	210.052	69
(+/-) Provisões Matemáticas	339.060	206.958	64
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	4.858	3.671	32
(+/-) Fundos Previdenciais	12.986	(1.376)	(1.044)
(+/-) Fundos Administrativos	(1.173)	799	(247)
(+/-) Fundos dos investimentos	(1)	-	100
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	170.303	(100)
(+/-) Operações Transitórias	-	170.303	(100)
B) PATRIMÔNIO SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	2.314.144	1.958.414	18

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis

3. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - Consolidada

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	8.432	7.594	11
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	13.992	12.543	12
1.1. RECEITAS	13.992	12.543	12
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.341	2.867	(18)
Custeio Administrativo dos Investimentos	10.447	8.783	19
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.170	870	34
Outras Receitas	34	23	48
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(15.165)	(11.744)	29
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(4.554)	(2.791)	63
Treinamentos/Congressos e seminários	(21)	(14)	50
Serviços de Terceiros	(3.966)	(2.325)	71
Despesas Gerais	(243)	(133)	83
Tributos	(324)	(319)	2
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(10.607)	(8.918)	19
Serviços de Terceiros	(10.121)	(8.512)	19
Tributos	(486)	(406)	20
2.4. OUTRAS DESPESAS	(4)	(35)	(89)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(1.173)	799	(247)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.173)	799	(247)
8. Operações Transitórias	-	39	(100)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	7.259	8.432	(14)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis

4. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	12	-	100
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	227	37	514
1.1. RECEITAS	227	37	514
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	58	20	190
Custeio Administrativo dos Investimentos	167	17	882
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2	-	100
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(222)	(25)	788
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(55)	(8)	588
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(3)	-	100
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(52)	(8)	550
Serviços de Terceiros	(45)	(7)	543
Despesas Gerais	(1)	-	100
Tributos	(6)	(1)	500
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(167)	(17)	882
2.2.1. DESPESAS COMUNS	-	-	-
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(167)	(17)	882
Serviços de Terceiros	(160)	(16)	900
Tributos	(7)	(1)	600
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	5	12	(58)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	5	12	(58)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	17	12	42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	42.391	-	100
1. ADI�OES	11.795	2.344	403
(+) Contribui�es	5.533	1.214	356
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.262	1.130	454
2. DESTINA�OES	(1.821)	(286)	537
(-) Benefícios	(1.763)	(266)	563
(-) Custeio Administrativo	(58)	(20)	190
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	9.974	2.058	385
(+/-) Provisões Matemáticas	9.974	2.184	357
(+/-) Fundos Previdenciais	-	(437)	(100)
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	-	311	(100)
4. OPERA�OES TRANSITÓRIAS	-	40.333	(100)
(+/-) Opera�es Transitórias	-	40.333	(100)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	52.365	42.391	24
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	17	12	42
(+/-) Fundos Administrativos	17	12	42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstrações Contábeis

6. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
1. ATIVOS	52.398	42.428	23
Disponível	4	3	33
Recebível	456	410	11
Investimentos	51.938	42.015	24
Fundos de Investimento	51.938	42.015	24
2. OBRIGAÇÕES	16	25	(36)
Operacional	16	25	(36)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	17	12	42
Administrativo	17	12	42
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	52.365	42.391	24
Provisões Matemáticas	51.337	41.363	24
Fundos Previdenciais	1.028	1.028	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis

7. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+3+4)	52.381	42.416	23
1. Provisões Matemáticas	51.337	41.363	24
1.1 Benefícios Concedidos	6.281	5.183	21
Contribuição Definida	4.089	3.167	29
Benefício Definido	2.192	2.016	9
1.2 Benefícios a Conceder	45.056	36.180	25
Contribuição Definida	44.554	35.865	24
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	22.150	17.921	24
Saldo de Contas - Parcela Participantes	22.404	17.944	25
Benefício Definido	502	315	59
3. Fundos	1.028	1.028	-
3.1 Fundos Previdenciais	1.028	1.028	-
4. Exigível Operacional	16	25	(36)
4.1 Gestão Previdencial	16	25	(36)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

8. Notas Explicativas

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O ITAÚ FUNDO MULTIPATROCINADO (IFM) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, constituída em 10 de janeiro de 1995 e autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 06 de dezembro de 1994, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Os recursos atualmente administrados pelo ITAÚ FUNDO MULTIPATROCINADO são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

Os registros contábeis dos ativos e passivos são segregados por plano de benefícios e por patrocinadora, observados os seguintes critérios:

- a) Os planos são criados e mantidos para atender aos empregados e administradores de cada uma das patrocinadoras, de acordo com seus respectivos regulamentos;
- b) As patrocinadoras concordam que seja atribuída exclusivamente aos bancos credenciados pela IFM a administração das carteiras de aplicações dos bens patrimoniais desta Entidade, sendo que o investimento da parcela do patrimônio correspondente aos seus planos é administrado pelo(s) banco(s) por ela expressamente indicado(s), dentre os credenciados, por escrito, e nas proporções por ela desejadas, nos termos da política de investimentos definida em comum acordo, observados os critérios e limites legais aplicáveis;
- c) As patrocinadoras, os participantes e beneficiários não respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela Entidade, observada a legislação vigente; e
- d) São mantidos registros individuais para cada plano de previdência privada instituído pelas patrocinadoras. Esses registros contábeis são elaborados de acordo com as práticas de contabilidade mencionadas (Nota 3).

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a entidade tem como patrocinadoras dos planos as seguintes empresas:

Plano de Benefícios	CNPB	Modalidade ⁽¹⁾	Patrocinadora(s)
AESPM	1997.0009-38	CV	Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing
Ahlstrom ^{(2) (3)}	2009.0004-47	CD	Munksjö Brasil Indústria e Comércio de Papéis Especiais Ltda.
Alstom ⁽⁴⁾	2006.0011-83	CD	Air Preheater Equipamentos Ltda. Alstom Brasil Energia E Transporte Ltda.
Alstom Energia ⁽⁵⁾	2016.0004-65	CD	Alstom Energia Térmica e Indústria Ltda. Alstom Energias Renováveis Ltda. Alstom Grid Energia Ltda.
Anbima	1995.0007-11	CV	Assoc. Brasileira das Entidades dos Mercados Financ. e de Capitais
Azenprev	1994.0029-56	CV	Astrazeneca do Brasil Ltda.
Belocal	2006.0047-11	CD	Lhoist do Brasil Ltda. Mineração Belocal Ltda.
Billiton ⁽¹⁰⁾	1994.0016-74	BD	BHP Billiton Metais S/A
Campari Prev.	2001.0018-19	CV	Campari do Brasil Ltda.
Campari Suplementar	2001.0019-83	CV	Campari do Brasil Ltda.
CETIP	1999.0026-11	CV	Cetip S/A - Mercados Organizados
CIP	2007.0020-19	CV	Câmara Interbancária de Pagamentos
Cisper	2006.0038-11	CV	Cisper da Amazônia S/A
Cultura Inglesa	2010.0027-92	CD	Associação Cultura Inglesa – São Paulo
EmersonPrev	2010.0001-29	CV	Ascoval Industria e Comercio Ltda Emerson Electric do Brasil Ltda Emerson Network Power do Brasil Ltda. Emerson Process Management Ltda
Essilor ⁽⁶⁾	1993.0014-92	CV	Brasilor Participações Ltda. Essilor da Amazônia Indústria e Comércio Ltda. Instituto Ver e Viver Multi Óptica Distribuidora Ltda.
FMC Química	2005.0058-11	CV	FMC Química do Brasil Ltda.
FMC Technologies	2008.0001-92	CV	FMC Technologies do Brasil Ltda.
JBT ⁽⁷⁾	2012.0014-83	CD	John Bean Technologies Máquinas e Equipamentos Industriais Ltda.
McPrev	1993.0022-19	CV	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.
Mineração Descalvado	2006.0037-47	CV	Mineração Descalvado Ltda.
Mosaic I	2011.0021-92	CV	Fospar S/A Instituto Mosaic Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.
Mosaic II	2011.0022-65	CV	Fospar S/A Instituto Mosaic Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.
NitroPrev	2013.0005-29	CD	Companhia Nitro Química Brasileira
Owens	2006.0039-92	CV	Owens Illinois do Brasil Indústria e Comércio S/A
Prev Pisa	1995.0026-74	CV	Pisa Indústria de Papéis Ltda
RTM	2001.0007-74	CV	Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda.
Schneider ⁽⁸⁾	2006.0040-11	CV	Schneider Electric Brasil Ltda.
SWPREV ⁽⁹⁾	1997.0019-18	CV	Sherwin-Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda. Swipco-Sherwin Williams Do Brasil Propriedade Intelectual Ltda.
Tokio Marine	2008.0012-29	CV	Tokio Marine Seguradora S/A
Vatech	2006.0041-74	-	Vatech Transmissão & Distribuição Ltda.
Vitoprev	2006.0045-65	CD	Empresa Brasileira de Filmes Flexíveis Ltda.

⁽¹⁾ Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

⁽²⁾ Aprovação pela Previc da Retirada vazia da patrocinadora Ahlstrom Brasil Indústria e Comércio de Papéis Especiais Ltda. do Plano de Benefícios Ahlstrom, através da Portaria n° 329, publicado no DOU de 20/07/2016.

⁽³⁾ Aprovação pela Previc da alteração do nome do Plano Ahlstrom para Munksjo.

⁽⁴⁾ Aprovação pela Previc das alterações do Regulamento do Plano de Aposentadoria da Alstom, através da Portaria n°215, publicado no DOU de 09/05/2016.

⁽⁵⁾ Aprovação pela Previc das alterações do Regulamento do Plano de Aposentadoria Alstom Energia, através da Portaria n° 215, publicado no DOU de 09/05/2016.

⁽⁶⁾ Aprovação pela Previc das alterações do Regulamento do Plano de Benefícios Grupo Essilor, através da Portaria n° 312, publicado no DOU de 08/07/2016.

⁽⁷⁾ Aprovação pela Previc das alterações do Regulamento do Plano de Benefícios JBT , através da Portaria n° 253, publicado no DOU de 07/06/2016.

⁽⁸⁾ Aprovação pela Previc das alterações do Convênio de Adesão do Plano de Aposentadoria Schneider, através da Portaria n° 377, publicado no DOU de 17/08/2016

⁽⁹⁾ Aprovação pela Previc das alterações do Regulamento do Plano de Aposentadoria SWPREV, através da Portaria n° 93, publicado no DOU de 09/03/2016.

⁽¹⁰⁾ Aprovação pela Previc da alteração do nome do Plano Billiton para Soth32.

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

O quando de participantes apresenta a seguinte posição:

Plano	Participantes ⁽¹⁾				Assistidos ⁽²⁾				Total			
	2016		2015		2016		2015		2016		2015	
	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.
AESPM ⁽⁶⁾	1.020	1.480	976	1.049	25	37	22	35	1.045	1.517	998	1.084
Ahlstrom ⁽⁵⁾	197	286	208	296	8	12	8	12	205	298	216	308
Alstom ⁽³⁾	1.141	1.234	3.672	3.971	61	70	156	179	1.202	1.304	3.828	4.150
Alstom Energia ⁽⁸⁾	2.027	2.192	-	-	176	190	-	-	2.203	2.382	-	-
Anbima ⁽⁶⁾	314	502	304	488	18	22	16	24	332	524	320	512
Azenprev ⁽⁵⁾	1.783	1.802	1.705	2.558	40	24	36	54	1.823	1.826	1.741	2.612
Belocal ⁽³⁾	654	752	676	775	1	2	1	2	655	754	677	777
Billiton ⁽³⁾	8	12	12	18	35	53	31	47	43	65	43	65
Campari Prev. ⁽⁶⁾	489	734	478	717	39	59	35	53	528	793	513	770
Campari Suplem. ⁽⁶⁾	328	492	343	515	58	87	51	77	386	579	394	592
Cetip ⁽⁶⁾	651	1.010	618	989	14	19	14	18	665	1.029	632	1.007
CIP ⁽⁷⁾	220	253	158	182	2	3	3	4	222	256	161	186
Cisper ⁽³⁾	20	30	42	63	6	9	5	8	26	39	47	71
Cultura Inglesa ⁽⁶⁾	768	730	756	739	-	-	-	-	768	730	756	739
Emerson Prev. ⁽³⁾	534	607	427	641	22	34	19	29	556	641	446	670
Essilor ⁽⁶⁾	1.549	2.324	1.464	1.684	3	5	3	5	1.552	2.329	1.467	1.689
FMC Química ⁽³⁾	462	693	473	710	3	5	2	3	465	698	475	713
FMC Technologies ⁽⁷⁾	1.715	2.573	2.117	3.176	33	50	29	44	1.748	2.623	2.146	3.220
JBT ⁽⁶⁾	331	497	294	338	22	33	17	26	353	530	311	364
McPrev ⁽⁵⁾	8.781	13.172	7.113	8.180	9	14	7	8	8.790	13.186	7.120	8.188
Mineração Descalvado ⁽³⁾	29	44	30	45	1	2	1	2	30	46	31	47
Mosaic I ⁽³⁾	621	932	640	960	26	39	22	33	647	971	662	993
Mosaic II ⁽³⁾	621	745	466	699	-	-	-	-	621	745	466	699
NitroPrev ⁽⁶⁾	225	338	175	201	9	14	10	15	234	352	185	216
Owens ⁽³⁾	2.937	4.406	3.395	5.093	126	189	121	182	3.063	4.595	3.516	5.275
Prev Pisa ⁽⁶⁾	341	512	332	498	9	14	7	11	350	526	339	509
RTM ⁽⁶⁾	110	158	104	158	1	1	-	-	111	159	104	158
Schneider ⁽⁶⁾	2.496	3.744	2.367	3.551	120	180	114	171	2.616	3.924	2.481	3.722
SWPrev ⁽⁶⁾	1.820	2.730	1.750	2.625	94	141	80	120	1.914	2.871	1.830	2.745
Tokio Marine ⁽⁶⁾	2.031	3.047	1.652	1.900	48	72	47	54	2.079	3.119	1.699	1.954
Vatech ⁽⁴⁾	11	-	11	-	-	-	-	-	11	-	11	-
Vitoprev ⁽³⁾	429	493	402	465	3	4	3	4	432	497	405	469
Total	34.663	48.524	33.160	43.284	1.012	1.384	860	1.220	35.675	49.908	34.020	44.504

⁽¹⁾ Incluem Ativos; BPD's e Autopatrocinados;

⁽²⁾ Incluem Pensionistas;

⁽³⁾ Data da avaliação atuarial: Julho/2016.

⁽⁴⁾ Plano em Retirada: Dezembro/2016 e Dezembro/2015.

⁽⁵⁾ Data da avaliação atuarial: Setembro/2016;

⁽⁶⁾ Data da avaliação atuarial: Agosto/2016;

⁽⁷⁾ Data da avaliação atuarial: Junho/2016;

⁽⁸⁾ Data da avaliação atuarial: Dezembro/2016;

As demonstrações contábeis de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 27/03/2017

8. Notas Explicativas

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e as alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC aprovou o processo de cisão do Plano de Aposentadoria da Alstom (CNPB nº 2006.0011-83) e de implantação do Plano de Aposentadoria da Alstom Energia (CNPB nº 2016.0004-65), por meio da Portaria nº 215, de 06/05/2016. E a respectiva transferência ocorreu em julho/2016.

Os saldos dos Planos transferidos para o IFM, citados acima, foram registrados na rubrica “Operações Transitórias”.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na forma de segregação real, e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 12).

8. Notas Explicativas

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, exceto os planos com modalidade de contribuições definidas e variáveis, o qual adotamos regime de caixa, observando-se o plano de custeio.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Ações

Representa as aplicações em empresas abertas, avaliadas na cotação de fechamento do último dia do mês ocorrida em Bolsa de Valores. Os dividendos e juros sobre capital próprios são reconhecidos, na receita, pelo regime de competência. As bonificações em títulos decorrentes das aplicações em ações são apropriadas quando da passagem “ex-bonificação” em Bolsa de Valores.

II. Títulos Públicos, Créditos Privados e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;
- Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

III. Empréstimos

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos, seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permitem identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

Os empréstimos a participantes são atualizadas pelo Índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de juros de 6% a.a.

IV. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6), conforme Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

b) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de férias e respectivos encargos.

c) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar

8. Notas Explicativas

da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

d) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

e) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados dos planos Contribuição Definida e Contribuição Variável, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

f) Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram

dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

g) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a provisionar e depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandato de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 8).

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto do questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela entidade, cessou-se o procedimento de depósito judicial das contribuições, efetuando o recolhimento a partir da competência de Janeiro de 2015.

8. Notas Explicativas

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** são custeadas mensalmente pela patrocinadora, conforme estabelecido anualmente na Nota Técnica do Atuário independente e contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial;
- **Investimentos:** custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

Plano	2016				2015
	Contribuições a Receber ⁽¹⁾	Adiantamentos	Outros Valores ⁽²⁾	Total	
AESPM	440	-	-	440	398
Ahlstrom	176	-	-	176	156
Alstom	1.417	-	-	1.417	4.847
Alstom Energia	3.026	-	-	3.026	-
Belocal	226	-	-	226	223
Billiton	94	-	-	94	54
Campari Prev.	71	-	-	71	-
Campari Suplementar	117	-	-	117	-
CETIP	-	-	-	-	293
Cultura Inglesa	300	-	-	300	299
EmersonPrev	188	-	-	188	143
FMC Química	157	-	-	157	136
FMC Technologies	556	1	-	557	1.149
JBT	136	-	-	136	-
McPrev	369	-	-	369	361
Mineração Descalvado	6	-	-	6	6
Mosaic I	717	-	-	717	765
Mosaic II	777	-	218	995	470
NitroQuímica	-	-	-	-	23
Owens	605	-	-	605	609
Prev Pisa	93	-	-	93	94
Schneider	1.221	-	-	1.221	1.168
SWPREV	674	-	-	674	573
Vitoprev	230	-	-	230	72
Total	11.596	1	218	11.815	11.839

⁽¹⁾ Contribuições de patrocinadores e de participantes a serem recebidas no mês subsequente.

⁽²⁾ Valor a regularizar de contribuição.

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

b) Gestão Administrativa

Plano	2016				2015
	Contribuições para Custeio	Dep. Judicial - PIS/COFINS ⁽¹⁾	Outros Realizáveis ⁽²⁾	Total	
AESPM	4	-	-	4	8
Ahlstrom	8	66	-	74	66
Alstom	14	97	-	111	135
Alstom Energia	30	-	-	30	-
Anbima	16	-	-	16	-
Azenprev	-	116	6	122	110
Belocal	5	64	-	69	64
Billiton	2	155	-	157	142
Campari Prev.	-	101	-	101	92
Campari Suplementar	2	68	-	70	66
CIP	5	11	-	16	15
Cisper	-	13	-	13	12
Cultura Inglesa	1	15	-	16	14
EmersonPrev	-	88	-	88	80
Essilor	-	63	73	136	131
FMC Química	8	78	-	86	71
FMC Technologies	-	210	-	210	190
JBT	-	41	-	41	37
McPrev	8	43	-	51	53
Mineração Descalvado	2	3	-	5	3
Mosaic I	-	121	-	121	109
Mosaic II	-	46	-	46	41
NitroPrev	-	6	-	6	6
Owens	31	310	-	341	296
Prev Pisa	13	73	-	86	81
Schneider	29	331	-	360	332
SWPREV	-	241	-	241	235
Tokio Marine	-	94	-	94	85
Vatech	-	12	-	12	11
Vitoprev	7	40	-	47	36
Total	185	2.506	79	2.770	2.521

⁽¹⁾ Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas administrativas e execução de planos de benefícios.

⁽²⁾ Processo Judicial sobre PIS originário no HSBC (antigo administrador do Plano).

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 6 - INVESTIMENTOS

A Administração, conforme Política de Investimentos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

a) Composição dos Investimentos

Plano	2016										2015
	Títulos Públ. Federais		Fundos de Investimentos						Empréstimos	Total	
	LFT	NTN	Índices ⁽¹⁾	Referenciado	Renda Fixa	Ações	Multimercado	Total			
AESPM	-	-	-	-	22.645	-	29.328	51.973	-	51.973	42.033
Ahlstrom	-	-	-	-	3.090	790	12.359	16.239	-	16.239	14.077
Alstom	-	-	-	14.114	73.420	25.607	3.976	117.117	-	117.117	284.132
Alstom Energia	-	-	5.845	20.954	139.722	25.718	42.818	235.057	-	235.057	-
Anbima	-	-	3.816	-	47.612	6.890	22.102	80.420	-	80.420	65.676
Azenprev	-	-	-	-	88.517	52.282	67.082	207.881	-	207.881	170.165
Belocal	-	-	-	-	5.082	1.350	20.327	26.759	-	26.759	21.861
Billiton	12.695	82.290	-	-	-	-	-	-	-	94.985	89.870
Campari Prev	-	-	-	-	11.449	-	13.572	25.021	-	25.021	23.121
Campari Suplementar	-	-	-	-	13.658	-	16.190	29.848	-	29.848	26.988
CETIP	-	-	-	39.467	30.841	2.777	-	73.085	-	73.085	61.720
CIP	-	-	106	-	5.276	217	7.116	12.715	-	12.715	9.565
Cisper	-	-	272	-	2.145	553	2.505	5.475	-	5.475	4.942
Cultura Inglesa	-	-	-	9.827	3.794	-	3.352	16.973	-	16.973	13.857
EmersonPrev	-	-	-	-	12.868	-	22.363	35.231	-	35.231	29.711
Essilor	-	-	216	-	21.352	474	36.939	58.981	-	58.981	54.943
FMC Química	-	-	684	2.943	25.027	9.311	8.271	46.236	29	46.265	38.635
FMC Technologies	-	-	-	4.894	103.933	20.412	8.002	137.241	47	137.288	111.239
JBT	-	-	-	3.864	22.488	4.872	7.284	38.508	633	39.141	32.710
McPrev	-	-	5.442	-	61.532	10.997	31.252	109.223	-	109.223	99.105
Mineração Descalvado	-	-	92	-	724	186	845	1.847	-	1.847	1.588
Mosaic I	-	-	-	-	64.036	3.587	69.849	137.472	-	137.472	120.421
Mosaic II	-	-	-	-	-	481	14.347	14.828	-	14.828	10.006
NitroPrev	-	-	-	-	5.703	1.696	6.772	14.171	-	14.171	11.150
Owens	7.487	78.030	3.344	-	29.027	6.167	22.552	61.090	-	146.607	131.372
Prev Pisa	-	-	-	-	10.570	2.363	10.531	23.464	-	23.464	19.293
RTM	-	-	664	-	8.344	1.200	3.885	14.093	-	14.093	11.824
Schneider	4.060	15.567	1.889	3.801	57.042	496	127.987	191.215	-	210.842	175.107
SWPREV	-	-	-	-	62.566	4.797	90.546	157.909	-	157.909	135.470
Tokio Marine	2.212	21.797	-	-	79.840	5.115	37.043	121.998	-	146.007	127.030
Vatech	-	-	-	-	8	-	-	8	-	8	7
Vitoprev	-	-	-	-	3.436	882	13.746	18.064	-	18.064	15.037
Total	26.454	197.684	22.370	99.864	1.015.747	189.220	752.941	2.080.142	709	2.304.989	1.952.655

⁽¹⁾ Refere-se a Cota IT NOW SPXI CI.

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	2016			2015
	Fundos de Investimentos - Referenciado		Total	
	Itaú Perfil 146 DI	WA Sovereign IV SEL		
Alstom	47	14.067	14.114	104.244
Alstom Energia	-	20.954	20.954	-
Anbima	-	-	-	23.248
Azenprev	-	-	-	75.499
Campari Prev	-	-	-	26
Campari Suplementar	-	-	-	30
CETIP	39.467	-	39.467	34.047
CIP	-	-	-	5.812
Cultura Inglesa	9.827	-	9.827	11.733
EmersonPrev	-	-	-	14.431
Essilor	-	-	-	39.959
FMC Química	-	2.943	2.943	777
FMC Technologies	-	4.894	4.894	1.918
JBT	-	3.864	3.864	3.006
NitroPrev	-	-	-	879
RTM	-	-	-	4.262
Schneider	-	3.801	3.801	34.039
SWPREV	-	-	-	9.134
Tokio Marine	-	-	-	8.060
Vatech	-	-	-	7
Total	49.341	50.523	99.864	371.111

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	2016																									2015				
	Fundos de Investimentos - Renda Fixa																													
	PRE LON- GO PRAZO RF FI	ITAÚ VERSO V RF FI	ITAÚ VERSO P RF FI	UBB MASTER RF IRFM	ITAÚ VERSO K RF FI	RF JUROS OCEAN FI	MOSAIC BD II	ITAÚ VERTICE C RF FI	ITAÚ VERSO C RF FI	ITAÚ VERSO B RF FI	ITAÚ VERSO J RF FI	FIDELIDA- DET	095 FI RF CP	101 FIRF CP	107 FIRF CP	WEST AS PREV FIX	WESTERN ASSET INFL 2	WESTERN INFLAT RF FI	WEST AS- SET PREV INFL	WESTERN A P INF PLUS	W ASSET PR RF CP FI	WES AS PREV FIX FI R	WES AS INF TT RF FI	WEST AS PR CREDIT FI	ITAÚ VERSO A REF DI		SOBERANO DI LP FICFI	Total		
AESPM	1.037	13.005	7.584	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.019	-	22.645	23.697
Ahlstrom	-	-	3.090	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.090	13.329
Alcatel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110.481
Alstom	-	-	35.413	-	-	-	-	-	-	9.308	-	1.658	255	115	76	587	1.224	298	338	455	-	-	8.483	15.210	-	-	-	73.420	-	
Alstom Energia	-	19.914	21.086	-	9.998	13.516	-	-	-	-	-	-	500	225	6	4.406	7.031	20.625	1.949	10.600	-	-	-	29.866	-	-	-	139.722	28.859	
Anbima	-	19.410	3.749	3.839	11.674	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.940	-	47.612	38.329	
Azenprev	-	-	13.935	-	-	-	-	-	-	46.782	7.865	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.935	-	88.517	20.898	
Belocal	-	-	5.082	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.082	-	
Billiton	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.761
Campari Prev	-	8.020	3.429	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.449	13.728	
Campari Supl	-	9.567	4.091	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.658	-	
CETIP	-	17.620	-	3.493	7.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.671	30.841	2.368	
CIP	306	3.071	1.674	-	216	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.276	2.420	
Cisper	-	1.095	497	274	279	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.145	1.922	
Cultura Inglesa	-	1.745	836	133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.080	-	3.794	7.136		
Emerson Prev	726	8.819	3.323	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.868	-	
Essilor	26	10.498	9.088	969	629	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	142	-	21.352	27.697		
FMC Química	3.671	-	4.262	-	-	-	-	-	-	2.838	-	-	174	10	20	931	1.117	266	310	438	-	3.369	2.058	5.563	-	-	25.027	82.073		
FMC Tech	-	3.426	2.000	276	-	-	-	1.895	50.690	-	-	-	464	19	120	2.072	4.413	1.065	1.199	1.702	1.892	18.654	12.331	1.715	-	-	103.933	19.131		
JBT	-	-	1.587	-	-	-	-	327	8.764	-	-	-	129	25	22	369	417	53	125	77	305	3.219	2.349	4.720	-	-	22.488	54.387		
MC Prev	-	27.368	5.194	5.524	10.948	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.498	-	61.532	780		
Mineração Descalvado	-	371	166	94	93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	724	56.191	
Mosaic I	-	-	-	-	-	-	64.036	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.036	-	
NitroQuímica	-	-	1.719	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.984	-	5.703	4.114	
Owens	76	12.120	10.864	2.925	3.042	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.027	27.685	
Prev Pisa	-	7.049	-	1.168	2.353	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.570	11.643	
RTM	-	3.361	690	672	2.021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.600	-	8.344	5.180		
Schneider	7.893	5.044	-	-	1.300	-	-	-	-	-	-	-	519	133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.125	41.028	-	57.042	91.445	
SW Prev	-	32.470	26.075	-	-	1.992	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.029	-	62.566	69.456	
Tokio Marine	-	20.681	22.146	-	973	7.601	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.439	-	79.840	42.603	
Va Tech	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-	
Vitoprev	-	-	3.436	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.436	14.381	
Total	13.735	224.654	191.016	19.367	50.583	23.109	64.036	2.222	59.454	58.928	7.874	1.658	2.041	527	244	8.365	14.202	22.307	3.921	13.272	2.197	25.242	25.221	58.199	120.694	2.679	1.015.747	781.694		

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	2016										2015
	Fundos de Investimentos - Ações									Total	
	INST FUND OF FUNDS	INST BOLSA INDEX FIA	IT INST A PHO-ENIX FI	FTSE RAFI BRAZIL FIA	WA PREV IBRX ATIVO A	WESTERN FIA BDR N I	Itau Index Acoes FI	UBB PREVI-DENCIA ibx	KINEA PIPE FIA		
Ahlstrom	-	-	-	-	-	-	-	790	-	790	748
Alstom	-	-	-	2.925	13.903	-	4.389	4.390	-	25.607	53.968
Alstom Energia	-	-	6.003	-	13.908	-	5.807	-	-	25.718	-
Anbima	-	-	-	-	-	-	3.909	-	2.981	6.890	4.561
Azenprev	-	-	10.011	-	-	-	42.271	-	-	52.282	37.575
Belocal	-	-	-	-	-	-	-	1.350	-	1.350	963
CETIP	-	-	-	-	-	-	-	-	2.777	2.777	8.397
CIP	-	-	-	-	-	-	-	217	-	217	1.385
Cisper	-	-	-	-	-	-	553	-	-	553	436
EmersonPrev	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.407
Essilor	-	-	-	-	-	-	-	474	-	474	13.144
FMC Química	-	-	-	-	4.640	693	-	3.978	-	9.311	9.182
FMC Technologies	-	-	4.482	-	11.081	-	4.849	-	-	20.412	24.586
JBT	-	-	-	-	2.582	-	1.145	1.145	-	4.872	4.285
McPrev	-	-	-	-	-	-	9.542	-	-	9.542	9.098
Mineração Descalvado	-	-	-	-	-	-	186	-	-	186	140
Mosaic I	-	3.587	-	-	-	-	-	-	-	3.587	3.422
Mosaic II	-	481	-	-	-	-	-	-	-	481	314
NitroPrev	-	-	1.455	-	-	-	1.696	-	-	3.151	1.300
Owens	3.340	-	-	-	-	-	2.827	-	-	6.167	4.987
Prev Pisa	-	-	-	-	-	-	2.363	-	-	2.363	1.545
RTM	-	-	-	-	-	-	677	-	523	1.200	806
Schneider	-	-	-	-	-	-	496	-	-	496	24.643
SWPREV	-	-	-	-	-	-	4.797	-	-	4.797	4.848
Tokio Marine	-	-	-	-	-	-	5.115	-	-	5.115	3.534
Vitoprev	-	-	-	-	-	-	-	882	-	882	656
Total	3.340	4.068	21.951	2.925	46.114	693	90.622	13.226	6.281	189.220	219.930

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	2016									2015	
	Fundos de Investimentos - Multimercado										Total
	IU FID W3 FIM	ITAU VERSO JM MM FI	ITAÚ HEDGE FI	MOSAIC CD II	WST ASSE PREC ST FIC	WESTERN ASSET LS FIM	WA MACRO OPP FIM IE	WESTERN ASSET PR FIM	WEST ASS MULT FICFIM		
AESPM	14.202	15.126	-	-	-	-	-	-	-	29.328	18.336
Ahlstrom	6.181	6.178	-	-	-	-	-	-	-	12.359	-
Alcatel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alstom	-	-	-	-	3.976	-	-	-	-	3.976	15.439
Alstom Energia	35.024	-	-	-	7.794	-	-	-	-	42.818	-
Anbima	7.444	7.390	7.268	-	-	-	-	-	-	22.102	5.712
Azenprev	23.886	43.196	-	-	-	-	-	-	-	67.082	18.762
Belocal	10.166	10.161	-	-	-	-	-	-	-	20.327	-
Billiton	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campari Prev	6.796	6.776	-	-	-	-	-	-	-	13.572	11.334
Campari Suplementar	8.108	8.082	-	-	-	-	-	-	-	16.190	13.230
CETIP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.276
CIP	3.607	3.306	203	-	-	-	-	-	-	7.116	-
Cisper	996	991	518	-	-	-	-	-	-	2.505	1.831
Cultura Inglesa	1.676	1.676	-	-	-	-	-	-	-	3.352	202
Emerson Prev	11.160	7.797	3.406	-	-	-	-	-	-	22.363	2.737
Essilor	18.461	18.180	298	-	-	-	-	-	-	36.939	1.840
FMC Química	4.822	2.963	-	-	486	-	-	-	-	8.271	636
FMC Technologies	4.002	3.999	-	-	1	-	-	-	-	8.002	1.568
JBT	3.173	3.171	-	-	940	-	-	-	-	7.284	5.625
McPrev	10.427	10.335	10.490	-	-	-	-	-	-	31.252	30.494
Mineração Descalvado	335	333	177	-	-	-	-	-	-	845	587
Mosaic I	-	-	-	69.849	-	-	-	-	-	69.849	60.808
Mosaic II	-	-	-	14.347	-	-	-	-	-	14.347	9.692
NitroQuímica	3.411	3.361	-	-	-	-	-	-	-	6.772	4.857
Owens	5.690	10.991	5.871	-	-	-	-	-	-	22.552	20.857
Prev Pisa	4.310	3.972	2.249	-	-	-	-	-	-	10.531	6.105
RTM	1.335	1.277	1.273	-	-	-	-	-	-	3.885	988
Schneider	-	38.531	-	-	-	2.775	4.491	80.415	1.775	127.987	6.335
SW PREV	50.438	40.108	-	-	-	-	-	-	-	90.546	52.032
Tokio Marine	37.043	-	-	-	-	-	-	-	-	37.043	48.753
Vitoprev	6.875	6.871	-	-	-	-	-	-	-	13.746	-
Total	279.568	254.771	31.753	84.196	13.197	2.775	4.491	80.415	1.775	752.941	358.036

8. Notas Explicativas

Plano	2016		2015
	Fundos de Investimentos - Índices	Total	
	IT NOW SPXI CI		
Alstom Energia	5.845	5.845	-
Anbima	3.816	3.816	3.296
CIP	106	106	-
Cisper	272	272	255
Essilor	216	216	-
FMC Química	684	684	-
McPrev	5.442	5.442	5.052
Mineração Descalvado	92	92	81
Owens	3.344	3.344	2.884
RTM	664	664	588
Schneider	1.889	1.889	-
Total	22.370	22.370	12.156

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC e no Itaú Unibanco.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, classificação e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários.

Billiton	Valor ⁽¹⁾								
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria		Vencimento		Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2016	31/12/2015
Títulos Públicos	94.985	3.848	98.833	94.985	82.290	19.272	75.713	94.985	89.870
Letras Financeiras do Tesouro	12.695	-	12.695	12.695	-	12.695	-	12.695	12.077
Notas do Tesouro Nacional	82.290	3.848	86.138	82.290	82.290	6.577	75.713	82.290	77.793
Total ⁽¹⁾	94.985	3.848	98.833	94.985	82.290	19.272	75.713	94.985	89.870

Mosaic I	Valor ⁽¹⁾									
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria		Vencimento			Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de Investimento	62.085	2.506	64.591	-	-	137.472	62.085	-	199.557	120.421
Fdo. Investimento - Exclusivo	62.085	2.506	64.591	-	-	-	62.085	-	62.085	56.191
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.166
Notas do Tesouro Nacional	62.085	2.506	64.591	-	-	-	62.085	-	62.085	53.025
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	-	-	-	-	-	137.472	-	-	137.472	64.230
Renda Fixa	-	-	-	-	-	64.036	-	-	64.036	-
Ações	-	-	-	-	-	3.587	-	-	3.587	3.422
Multimercado	-	-	-	-	-	69.849	-	-	69.849	60.808
Total ⁽¹⁾	62.085	2.506	64.591	-	-	137.472	62.085	-	199.557	120.421

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Owens	Valor ⁽¹⁾									
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria		Vencimento			Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2016	31/12/2015
Títulos Públicos	85.518	1.773	87.291	85.518	78.030	-	20.260	65.258	85.518	74.959
Letras Financeiras do Tesouro	7.488	-	7.488	7.488	-	-	7.488	-	7.488	19.637
Notas do Tesouro Nacional	78.030	1.773	79.803	78.030	78.030	-	12.772	65.258	78.030	55.322
Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	57.746	-	-	61.090	53.529
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	-	-	-	-	-	57.746	-	-	61.090	53.529
Renda Fixa	-	-	-	-	-	29.027	-	-	29.027	27.685
Ações	-	-	-	-	-	6.167	-	-	6.167	4.987
Multimercado	-	-	-	-	-	22.552	-	-	22.552	20.857
Índices	-	-	-	-	-	3.344	-	-	3.344	2.884
Total ⁽¹⁾	85.518	1.773	87.291	85.518	78.030	61.090	20.260	65.258	146.608	131.372

Schneider	Valor ⁽¹⁾									
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria		Vencimento			Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2016	31/12/2015
Títulos Públicos	19.627	1.896	21.523	19.627	-	-	7.272	12.355	19.627	18.645
Letras Financeiras do Tesouro	4.061	-	4.061	4.061	-	-	4.061	-	4.061	3.843
Notas do Tesouro Nacional	15.566	1.896	17.462	15.566	-	-	3.211	12.355	15.566	14.802
Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	191.215	-	-	191.215	156.462
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	-	-	-	-	-	191.215	-	-	191.215	156.462
Referenciado	-	-	-	-	-	3.801	-	-	3.801	34.039
Renda Fixa	-	-	-	-	-	57.042	-	-	57.042	91.445
Ações	-	-	-	-	-	496	-	-	496	24.643
Multimercado	-	-	-	-	-	127.987	-	-	127.987	6.335
Índices	-	-	-	-	-	1.889	-	-	1.889	-
Total ⁽¹⁾	19.627	1.896	21.523	19.627	-	191.215	7.272	12.355	210.842	175.107

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Tokio Marine	Valor ⁽¹⁾									
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria		Vencimento			Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2016	31/12/2015
Títulos Públicos	24.008	1.081	25.089	24.008	21.797	-	6.015	17.993	24.008	24.080
Letras Financeiras do Tesouro	2.211	-	2.211	2.211	-	-	2.211	-	2.211	4.480
Notas do Tesouro Nacional	21.797	1.081	22.878	21.797	21.797	-	3.804	17.993	21.797	19.600
Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	121.998	-	-	121.998	102.950
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	-	-	-	-	-	121.998	-	-	121.998	102.950
Referenciado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.060
Renda Fixa	-	-	-	-	-	79.840	-	-	79.840	42.603
Ações	-	-	-	-	-	5.115	-	-	5.115	3.534
Multimercado	-	-	-	-	-	37.043	-	-	37.043	48.753
Total ⁽¹⁾	24.008	1.081	25.089	24.008	21.797	121.998	6.015	17.993	146.006	127.030

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	Valor ⁽¹⁾					
	Categoria - Para Negociação ⁽²⁾					
	Vencimento - Indeterminado					
	Fundos de Investimentos					
	Índice	Referenciado	Renda Fixa	Ações	Multimercado	TOTAL
AESPM	-	-	22.645	-	29.328	51.973
Ahlstrom	-	-	3.090	790	12.359	16.239
Alstom	-	14.114	73.420	25.607	3.976	117.117
Alstom Energia	5.845	20.954	139.722	25.718	42.818	235.057
Anbima	3.816	-	47.612	6.890	22.102	80.420
Azenprev	-	-	88.517	52.282	67.082	207.881
Belocal	-	-	5.082	1.350	20.327	26.759
Campari Prev	-	-	11.449	-	13.572	25.021
Campari Suplementar	-	-	13.658	-	16.190	29.848
CETIP	-	39.467	30.841	2.777	-	73.085
CIP	106	-	5.276	217	7.116	12.715
Cisper	272	-	2.145	553	2.505	5.475
Cultura Inglesa	-	9.827	3.794	-	3.352	16.973
EmersonPrev	-	-	12.868	-	22.363	35.231
Essilor	216	-	21.352	474	36.939	58.981
FMC Química	684	2.943	25.027	9.311	8.271	46.236
FMC Technologies	-	4.894	103.933	20.412	8.002	137.241
JBT	-	3.864	22.488	4.872	7.284	38.508
McPrev	5.442	-	61.532	10.997	31.252	109.223
Mineração Descalvado	92	-	724	186	845	1.847
Mosaic I	-	-	64.036	3.587	69.849	137.472
Mosaic II	-	-	-	481	14.347	14.828
NitroPrev	-	-	5.703	1.696	6.772	14.171
Owens	3.344	-	29.027	6.167	22.552	61.090
Prev Pisa	-	-	10.570	2.363	10.531	23.464
RTM	664	-	8.344	1.200	3.885	14.093
Schneider	1.889	3.801	57.042	496	127.987	191.215
SWPREV	-	-	62.566	4.797	90.546	157.909
Tokio Marine	-	-	79.840	5.115	37.043	121.998
Vatech	-	-	8	-	-	8
Vitoprev	-	-	3.436	882	13.746	18.064
31/12/2016	22.370	99.864	1.015.747	189.220	752.941	2.080.142
31/12/2015	-	324.516	344.638	172.464	164.300	1.005.918

⁽¹⁾ Os títulos classificados como “mantidos até o vencimento” estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como “para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

Os investimentos em Ações (renda variável) estão avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação ao final do dia 31 de dezembro ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Inclui, além dos recursos dos Planos de Benefícios, os ativos do PGA, conforme demonstrativo abaixo. A Entidade não possui a segregação real dos ativos para o PGA.

⁽²⁾ A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “até o vencimento”.

No exercício não houve reclassificação da categoria dos “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”.

As classificações dos títulos existentes, assim como aqueles adquiridos no exercício, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

8. Notas Explicativas

Plano	2016	2015
AESPM	35	18
Ahlstrom	60	74
Alstom	91	323
Alstom Energia	319	-
Anbima	39	24
Azenprev	38	33
Belocal	356	296
Billiton	69	117
Campari Prev	433	533
Campari Suplementar	25	20
CETIP	281	368
CIP	8	5
Cisper	121	103
Cultura Inglesa	14	9
EmersonPrev	325	343
Essilor	19	11
FMC Química	26	70
FMC Technologies	86	229
JBT	40	96
MCPPrev	487	406
Mineração Descalvado	38	19
Mosaic I	326	1.143
Mosaic II	600	685
NitroPrev	12	18
Owens	764	818
Prev Pisa	224	154
RTM	66	53
Schneider	1.017	853
SWPrev	1.817	1.799
Tokio Marine	375	407
Vatech	4	4
Vitoprev	57	71
TOTAL	8.172	9.102

c) Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a carteira de empréstimo é assim demonstrada:

Plano	Saldo Devedor	(PCLD)	2016	2015
FMC Química	29	-	29	343
FMC Technologies	68	(21)	47	1.094
JBT	633	-	633	663
Total	730	(21)	709	2.100

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

Plano	2016					2015
	Benefícios a pagar	Retenções sobre folha de benefícios	Contribuições recebidas a maior	Outros ⁽¹⁾	Total	
AESPM	-	16	-	-	16	25
Ahlstrom	-	3	-	-	3	5
Alstom	-	107	-	-	107	145
Alstom Energia	71	180	-	-	251	-
Anbima	135	44	-	-	179	185
Azenprev	341	213	4	-	558	497
Belocal	-	11	-	-	11	2
Billiton	465	221	-	-	686	569
Campari Prev.	136	47	-	-	183	159
Campari Suplementar	111	49	-	-	160	133
CETIP	143	62	-	-	205	576
CIP	134	28	-	-	162	8
Cisper	-	2	-	-	2	1
Cultura Inglesa	-	5	-	-	5	5
EmersonPrev	-	39	-	7	46	42
Essilor	-	13	-	-	13	125
FMC Química	-	10	-	-	10	16
FMC Technologies	-	91	1	-	92	164
JBT	-	31	-	-	31	66
McPrev	107	113	-	-	220	2.823
Mineração Descalvado	-	3	-	-	3	3
Mosaic I	-	52	-	219	271	47
Mosaic II	-	2	-	215	217	2
NitroPrev	-	5	-	-	5	1
Owens	1	159	-	-	160	116
Prev Pisa	68	14	-	-	82	67
RTM	17	4	-	-	21	-
Schneider	4	113	-	-	117	84
SWPREV	-	87	-	-	87	42
Tokio Marine	-	416	-	-	416	122
Vitoprev	-	2	-	-	2	-
TOTAL	1.733	2.142	5	441	4.321	6.030

⁽¹⁾ Refere-se basicamente a seguros e assistências médicas a pagar sobre folha de benefícios (Plano EmersonPrev) e valor a regularizar de contribuição (Plano Mosaic I e II).

b) Gestão Administrativa

Plano	2016					2015
	Obrigações c/ serviços de terceiros	Retenções a Recolher	Valores a Pagar ⁽¹⁾	Tributos a Recolher	Total	
AESPM	20	2	-	1	23	14
Ahlstrom	24	3	-	1	28	19
Alstom	35	3	-	2	40	85
Alstom Energia	66	5	-	6	77	-
Anbima	21	2	-	1	24	20
Azenprev	39	3	-	2	44	37
Belocal	22	2	-	1	25	20
Billiton	52	4	-	3	59	55
Campari Prev.	22	2	-	1	25	20
Campari Suplementar	20	2	-	1	23	21
CETIP	20	2	-	1	23	18
CIP	11	1	-	1	13	10
Cisper	2	-	-	-	2	2
Cultura Inglesa	13	1	-	1	15	9
EmersonPrev	23	3	-	1	27	28
Essilor	27	2	46	2	77	29
FMC Química	25	4	-	3	32	23
FMC Technologies	68	9	-	5	82	64
JBT	17	1	-	1	19	16
McPrev	35	3	-	2	40	38
Mineração Descalvado	1	-	-	-	1	1
Mosaic I	79	8	-	3	90	40
Mosaic II	8	1	-	1	10	4
NitroPrev	8	1	-	-	9	4
Owens	64	9	-	5	78	69
Prev Pisa	15	3	-	1	19	14
RTM	4	-	-	-	4	3
Schneider	62	6	-	6	74	66
SWPREV	115	12	-	5	132	80
Tokio Marine	42	3	-	2	47	49
Vitoprev	13	-	-	1	14	13
TOTAL	973	97	46	60	1.176	871

⁽¹⁾ Processo Judicial sobre PIS originário no HSBC (antigo administrador do Plano).

8. Notas Explicativas

c) Investimentos

Plano	2016		2015
	Ações	Total	
CIP	4	4	-
Essilor	4	4	-
JBT ⁽¹⁾	-	-	1
TOTAL	8	8	1

⁽¹⁾ Refere-se a retenção de IOF sobre empréstimos.

8. Notas Explicativas

NOTA 8 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

a) Gestão Administrativa

Plano	Processos de Ações - PIS e COFINS ⁽¹⁾	
	2016	2015
Ahlstrom	66	60
Alstom	97	87
Azenprev	116	105
Belocal	64	58
Billiton	155	141
Campari Prev.	101	92
Campari Suplementar	68	62
CIP	11	10
Cisper	13	12
Cultura Inglesa	15	14
EmersonPrev	88	79
Essilor	63	103
FMC Química	78	71
FMC Technologies	210	190
JBT	41	37
McPrev	43	39
Mineração Descalvado	3	3
Mosaic I	121	109
Mosaic II	46	41
NitroPrev	6	6
Owens	310	282
Prev Pisa	73	67
Schneider	331	301
SWPREV	241	217
Tokio Marine	94	85
Vatech	12	12
Vitoprev	40	36
TOTAL	2.506	2.319

⁽¹⁾ Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação do PIS/COFINS sobre as receitas administrativas e execução de planos de benefícios.

8. Notas Explicativas

NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) Provisões Matemáticas – As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

I. Provisões de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

II. Provisões de benefícios a conceder – Correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras.

III. Provisões matemáticas a constituir – Correspondem ao equacionamento do déficit efetuado através de contrato junto ao patrocinador e/ou através de contribuições extraordinárias, definidas no respectivo plano de custeio.

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial em 2016 foram:

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS - 2016

Plano	Taxa anual de juros real	Projeção de crescimento real de salário	Taxa de crescimento real dos benefícios	Tábua de mortalidade geral	Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua de entrada em Invalidez	Fator de Capacidade	Rotatividade
AESPM	4,50%	2,00%	N/A	AT-2000 basic	IAPB 57	Álvaro Vindas	1,00	0,00%
Alstom	N/A	N/A	N/A	AT-2000 basic	IAPB 57	N/A	N/A	N/A
Alstom Energia	N/A	N/A	N/A	AT-2000 basic	IAPB 57	N/A	N/A	N/A
Anbima	5,50%	0,00%	N/A	AT-83	N/A	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
Azenprev	5,00%	3,00%	0,00%	AT-2000	N/A	RRB 1944 Modificada	1,00	Experiência Willis Towers Watson modificada (+0,105)
Billiton	5,44%	N/A	0,00%	AT-2000	N/A	N/A	0,97	N/A
Campari Prev.	5,00%	2,50%	0,00%	AT-2000 basic	IAPB 57	Alvaro Vindas	1,00	20%-0,5% p/ ano serv. completo
Campari Suplementar	5,00%	N/A	0,00%	AT-2000 basic	IAPB 57	N/A	1,00	N/A
CETIP	5,50%	0,00%	N/A	AT-83	N/A	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
Cisper	5,80%	4,00%	0,00%	AT-2000 basic	IAPB 57	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
EmersonPrev	4,80%	N/A	1,00%	AT-2000 basic	IAPB 57	N/A	0,97	N/A
Essilor	4,50%	N/A	0,00%	AT-2000 basic	N/A	N/A	1,00	N/A
FMC Química	4,77%	3,50%	0,00%	AT-2000	RRB 83	RRB 1944 Modificada	0,97	5 x Towers Watson
FMC Technologies	5,45%	2,00%	0,00%	AT-2000	RRB 83	RRB 1944 Modificada	0,97	Experiência Willis Towers Watson modificada (+0,0625)
McPrev	5,00%	N/A	N/A	AT-2000	N/A	Alvaro Vindas	0,98	Mercer Service
Mineração Descalvado	5,70%	4,00%	0,00%	AT-2000 basic	IAPB 57	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
Mosaic I	5,00%	2,50%	0,00%	AT-2000 basic	IAPB 57	Álvaro Vindas	1,00	Winkloss
Mosaic II	4,50%	2,50%	N/A	AT-2000	IAPB 57	Álvaro Vindas	1,00	Winkloss
Owens	5,50%	4,00%	0,00%	AT-2000 basic	IAPB 57	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
Prev Pisa	5,69%	3,00%	0,00%	AT-2000	N/A	RRB 1944 Modificada	0,98	Mercer Service
RTM	5,50%	0,00%	N/A	AT-83	N/A	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
Schneider	5,20%	3,00%	0,00%	AT-2000 basic	IAPB 57	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
SWPREV	4,35%	3,00%	0,00%	AT-2000	IAPB 57	Álvaro Vindas	0,97	Exp. SW
Tokio Marine	5,00%	3,00%	N/A	AT-2000	N/A	Álvaro Vindas	1,00	Experiência Tokio Marine (2012-2015)

⁽¹⁾ Tábua AT-83 Segregada por sexo.

⁽²⁾ Tábua AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo.

8. Notas Explicativas

Na avaliação atuarial de 2016 foram procedidas as seguintes alterações, as quais estão baseadas em estudo técnico de aderência da referida premissa.

Plano	Premissa	2016	2015
AESPM	Taxa anual de juros real	4,50%	5,00%
Azenprev	Rotatividade	Experiência Willis Towers Watson modificada (+0,105)	Exp. AstraZeneca 2010-2012
Campari Prev.	Tábua de entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Mercer Disability
Cisper	Taxa anual de juros real	5,80%	4,90%
Essilor	Taxa anual de juros real	4,50%	5,50%
FMC Química	Taxa anual de juros real	4,77%	4,90%
FMC Technologies	Taxa anual de juros real	5,45%	5,50%
	Rotatividade	Experiência Willis Towers Watson modificada (+0,0625)	5 x Towers Watson
McPrev	Tábua de entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Mercer Disability
Mineração Descalvado	Taxa anual de juros real	5,70%	4,90%
Mosaic I	Projeção de crescimento real de salário	2,50%	1,50%
Mosaic II	Taxa anual de juros real	4,50%	4,75%
	Projeção de crescimento real de salário	2,50%	1,50%
Prev Pisa	Taxa anual de juros real	5,69%	4,87%
Schneider	Taxa anual de juros real	5,20%	4,96%
SWPREV	Taxa anual de juros real	4,35%	4,21%
	Projeção de crescimento real de salário	3,00%	3,50%
Tokio	Tábua de entrada em Invalidez	Experiência Tokio Marine (2012-2015)	Experiência Tokio Marine (2006-2009)

Para os planos abaixo, por se caracterizarem na modalidade de contribuição definida, e desta forma não possuírem riscos atuariais, não se aplica a adoção de hipóteses ou premissas atuariais.

- Ahlstrom
- Belocal
- CIP
- Cultura Inglesa
- JBT
- NitroPrev
- Vitoprev

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

b) Evolução das Provisões Matemáticas

I) Benefícios Concedidos

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2015	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2016
AESPM	5.183	1.098	6.281
Ahlstrom	1.400	738	2.138
Alstom	29.235	(16.975)	12.260
Alstom Energia	-	43.545	43.545
Anbima	15.139	3.147	18.286
Azenprev	6.619	3.692	10.311
Belocal	59	(27)	32
Billiton	88.394	7.963	96.357
Campari Prev.	6.755	493	7.248
Campari Suplementar	7.394	1.565	8.959
CETIP	7.895	933	8.828
CIP	1.005	57	1.062
Cisper	2.300	143	2.443
EmersonPrev	16.233	952	17.185
Essilor	5.114	345	5.459
FMC Química	532	292	824
FMC Technologies	8.719	1.557	10.276
JBT	7.378	443	7.821
MC Prev	5.572	46	5.618
Mineração Descalvado	980	53	1.033
Mosaic I	24.624	2.576	27.200
NitroQuímica	1.175	138	1.313
Owens	80.269	8.864	89.133
Prev Pisa	2.711	(265)	2.446
RTM	-	1.015	1.015
Schneider	44.419	10.523	54.942
SWPREV	27.161	10.970	38.131
Tokio Marine	26.510	404	26.914
Vitoprev	343	(55)	288
TOTAL	423.118	84.230	507.348

II) Benefícios a Conceder

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2015	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2016
AESPM	36.180	8.876	45.056
Ahlstrom	12.723	1.488	14.211
Alstom	254.749	(150.383)	104.366
Alstom Energia	-	186.534	186.534
Anbima	50.325	11.553	61.878
Azenprev	158.770	28.166	186.936
Belocal	21.496	4.474	25.970
Billiton	5.464	(1.320)	4.144
Campari Prev.	15.827	1.355	17.182
Campari Suplementar	19.360	1.206	20.566
CETIP	53.077	11.376	64.453
CIP	8.444	2.856	11.300
Cisper	1.661	(32)	1.629
Cultura Inglesa	14.041	3.195	17.236
EmersonPrev	12.883	3.370	16.253
Essilor	50.548	5.248	55.796
FMC Química	34.136	6.786	40.922
FMC Technologies	102.074	21.334	123.408
JBT	24.418	6.231	30.649
MC Prev	89.204	12.118	101.322
Mineração Descalvado	554	175	729
Mosaic I	91.629	14.954	106.583
Mosaic II	8.830	4.628	13.458
NitroQuímica	9.983	2.828	12.811
Owens	55.063	6.196	61.259
Prev Pisa	15.760	4.194	19.954
RTM	11.764	1.148	12.912
Schneider	131.918	21.373	153.291
SWPREV	103.796	8.439	112.235
Tokio Marine	96.493	17.770	114.263
Vitoprev	14.479	3.410	17.889
TOTAL	1.505.649	249.546	1.755.195

8. Notas Explicativas

III) (-) Provisões Matemáticas a Constituir

PLANOS	Saldo no Início do Exercício	Recebimento de Contribuições	Atualização / Repactuação	Saldo Final do Exercício
Azenprev ⁽¹⁾	(1.242)	548	694	-
Billiton ⁽²⁾	(3.440)	1.014	1.965	(461)
Essilor ⁽⁴⁾	(961)	127	(117)	(951)
Owens ⁽³⁾	(2.148)	(291)	(561)	(3.000)
Schneider ⁽²⁾⁽⁴⁾	(2.286)	265	1.640	(381)
TOTAL	(10.077)	1.663	3.621	(4.793)

⁽¹⁾ Reversão da posição deficitária decorre basicamente dos efeitos da alteração de premissas atuariais, baseadas em estudos de aderência.

⁽²⁾ Redução decorrente da apuração do equilíbrio técnico ajustado positivo, em conformidade com a Instrução Previc nº 26/16. Vide Nota 10.b.II.

⁽³⁾ O déficit será equacionado pela patrocinadora através de contribuições determinadas em percentual da folha salarial.

⁽⁴⁾ O déficit será equacionado pela patrocinadora através de instrumento contratual com garantia, em conformidade com a Resolução CGPC nº 18/2006, a saber:

Plano	Vlr. Contrato	Atualização	Prazo Amortização	Data Vencimento	Valor das Parcelas
Essilor	951	Meta Atuarial	180 parcelas	Out/2028	0,13% da Folha Salarial
Schneider	381	Meta Atuarial	180 parcelas	Out/2029	0,14% da Folha Salarial

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta “Resultados Realizados”, cuja composição, em 31 de dezembro, e respectiva movimentação no exercício foi:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2015	Superávit / (Déficit) do Exercício	Saldos em 31/12/2016
Reserva de Contingência	5.198	3.338	8.536
Anbima	-	1	1
Azenprev	-	521	521
CETIP	-	7	7
Cisper	446	16	462
EmersonPrev	-	1.096	1.096
FMC Química	420	10	430
FMC Technologies	570	2.072	2.642
JBT	54	(54)	-
McPrev	447	157	604
Mineração Descalvado	7	(2)	5
Mosaic I	611	(611)	-
Mosaic II	95	42	137
Prev Pisa	142	9	151
RTM	-	1	1
SWPREV	1.679	(375)	1.304
Tokio Marine	727	448	1.175
Reserva Especial para Revisão do Plano	2.603	6.473	9.076
Anbima	-	52	52
Azenprev	-	955	955
Cisper	-	298	298
FMC Química	1.300	1.746	3.046
FMC Technologies	-	251	251
Mineração Descalvado	11	(11)	-
Prev Pisa	87	129	216
RTM	-	77	77
SWPREV	1.205	2.976	4.181
Déficit	(10.166)	(4.953)	(15.119)
Azenprev	(340)	340	-
Billiton	(1.169)	(4.538)	(5.707)
Campari Prev.	(83)	83	-
EmersonPrev	(263)	263	-
Essilor	(225)	84	(141)
Owens	(7.382)	(818)	(8.200)
Schneider	(704)	(367)	(1.071)
TOTAL	(2.365)	4.858	2.493

8. Notas Explicativas

b) Equilíbrio Técnico Ajustado

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 22/2015, deve-se apurar o equilíbrio técnico ajustado que será base para determinação da Reserva de Contingência, da Reserva Especial para Revisão do Plano e do Déficit Técnico a Equacionar.

Para os planos Ahlstrom, Belocal, CIP, Cultura Inglesa, JBT, Nitroprev e Vitoprev, por serem de modalidade de contribuição definida, não se aplica o disposto na Resolução CNPC nº 22/15.

Os cálculos do limite da reserva de contingência dos planos foram os seguintes:

I. Planos de Modalidade – Contribuição Variável (CV)

DESCRIÇÃO		2016													
		ANBIMA	AZENPREV	CETIP	Cisper	Emerson Prev	FMC Química	FMC Technologies	McPREV	Mineração Descalvado	Mosaic II	Prev Pisa	RTM	SWPREV	Tokio Marine
Saldo de Provisões Matemáticas ⁽¹⁾	(a)	2	2.861	104	2.265	15.545	1.721	11.339	3.983	35	546	605	3	6.636	22.869
Duração do Passivo do Plano		13,43	8,20	20,09	10,40	9,83	22,40	13,30	11,43	6,29	17,00	15,17	19,64	9,65	9,86
Apuração Limite da Reserva de Contingência															
Duração do Passivo acrescido de 10 pontos ⁽²⁾	(b)	23,43	18,20	25,00	20,40	19,83	25,00	23,30	21,43	16,29	25,00	25,00	25,00	19,65	19,86
Limite da Reserva de Contingência	c=(a*b%)	1	521	26	462	3.083	430	2.642	854	6	137	151	1	1.304	4.542
Equilíbrio Técnico Ajustado															
Equilíbrio Técnico Contábil	(d)	53	1.476	7	760	1.096	3.476	2.893	604	6	137	367	78	5.485	1.175
Ajuste de Precificação ⁽³⁾	(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.359
Equilíbrio Técnico Ajustado ⁽⁴⁾	(f=d+e)	53	1.476	7	760	1.096	3.476	2.893	604	6	137	367	78	5.485	1.175
Reserva de Contingência ⁽⁵⁾		1	521	7	462	1.096	430	2.642	604	6	137	151	1	1.304	1.175
Reserva Especial para Revisão de Plano ⁽⁶⁾		52	955	-	298	-	3.046	251	-	-	-	216	77	4.181	-

⁽¹⁾ Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.

⁽²⁾ Limitado a 25%

⁽³⁾ Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

⁽⁴⁾ Em caso de plano superavitário, o Ajuste de Precificação só é aplicado no caso de distribuição e se o mesmo for negativo. Assim, não se aplicando para os planos acima.

⁽⁵⁾ Valor até o Limite da Reserva de Contingência

⁽⁶⁾ Excedente ao Limite da Reserva de Contingência

8. Notas Explicativas

II. Planos com Equilíbrio Técnico Deficitários

DESCRIÇÃO		2016			
		Billiton	Essilor	Owens	Schneider
Provisões Matemáticas ⁽¹⁾		100.501	4.427	89.366	21.176
Saldo Déficit Equacionado - 2015		(2.815)	(951)	(2.128)	(2.285)
Base Apuração Limite do Déficit	(a)	97.686	3.476	87.238	18.891
Duração do Passivo do Plano		11,07	8,07	9,89	8,60
Cálculo do limite do Déficit Técnico Acumulado					
Duração do Passivo do Plano (-) 4 pontos	(b)	7,07	4,07	5,89	4,60
Limite do Déficit Técnico Acumulado	(a*b%)	(6.906)	(141)	(5.138)	(869)
Equilíbrio Técnico Ajustado					
Equilíbrio Técnico Contábil	(c)	(3.353)	(141)	(9.072)	833
(+/-) Ajuste de Precificação ⁽²⁾	(d)	5.707	-	3.541	2.453
Equilíbrio Técnico Ajustado	(c+d)	2.354	(141)	(5.531)	3.286
Déficit Equacionado / a Equacionar					
Saldo Déficit Equacionado - 2015	(e)	(2.815)	(951)	(2.128)	(2.285)
Equilíbrio Técnico Ajustado positivo ⁽³⁾⁽⁴⁾	(f)	2.354	-	-	1.904
Déficit a Equacionar até 31/12/2017 ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	(g)	-	-	(872)	-
Saldo Déficit Equacionado - 2016	(e+f+g)	(461)	(951)	(3.000)	(381)
Equilíbrio Técnico Contábil					
Saldo Antes da Revisão Custeio	(h)	(3.353)	(141)	(9.072)	833
Revisão Custeio Equilíbrio Técnico - 2015	(i)	(2.354)	-	-	(1.904)
Déficit Equacionado - 2016	(j)	-	-	872	-
Saldo Após da Revisão do Custeio	(h+i+j)	(5.707)	(141)	(8.200)	(1.071)

⁽¹⁾ Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.

⁽²⁾ Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

⁽³⁾ De acordo com Instrução Previc nº 26/16 no caso de apuração de Equilíbrio Técnico Ajustado positivo este poderá ser utilizado para a revisão do plano de custeio para redução das contribuições extraordinárias.

⁽⁴⁾ No Plano Schneider considerado o ajuste de precificação multiplicado pela paridade contributiva relativa a patrocinadora (57,95%).

⁽⁵⁾ Corresponde ao Equilíbrio Técnico Ajustado excedente ao Limite do Déficit Técnico Acumulado.

⁽⁶⁾ Plano Owens - corresponde ao limite mínimo de equacionamento de 1% das provisões matemáticas.

8. Notas Explicativas

NOTA 11 – FUNDOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

a) Fundo Previdencial

I. Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar – Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento.

II. Fundo de Revisão do Plano - Patrocinadora e Participante – Constituído com base no saldo de Reserva Especial para Revisão do Plano há mais de três exercícios consecutivos, em conformidade com a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

Os valores do Fundo Previdencial poderão ser utilizados pelas patrocinadoras para efetuar as contribuições conforme estabelecido no regulamento do plano e no plano de custeio previdenciário.

b) Fundo Administrativo - Constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado da Gestão Administrativa Previdencial, com finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura das despesas administrativas.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2015	Remuneração	Constituição / (Reversão)	Saldos em 31/12/2016
AESPM ⁽¹⁾	1.028	161	(161)	1.028
Ahlstrom ⁽¹⁾	36	2	(29)	9
Alstom ⁽¹⁾	4.584	911	(3.779)	1.716
Alstom Energia ⁽¹⁾	-	293	7.179	7.472
Anbima ⁽¹⁾	6	15	(19)	2
Azenprev ⁽¹⁾	5.835	1.430	1.301	8.566
Belocal ⁽¹⁾	234	57	330	621
Campari Prev. ⁽¹⁾	-	17	33	50
Campari Suplementar ⁽¹⁾	224	47	(12)	259
CETIP ⁽¹⁾	100	150	50	300
CIP	106	16	61	184
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	95	15	61	171
Outros Previsto em nota Técnica Atuarial	11	1	-	13
Cisper ⁽¹⁾	434	91	-	525
Cultura Inglesa ⁽¹⁾	106	7	(84)	29
EmersonPrev ⁽¹⁾	620	118	(220)	518
Essilor ⁽¹⁾	526	24	(476)	74
FMC Química	2.309	472	(1.591)	1.190
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1.179	232	(1.352)	59

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2015	Remuneração	Constituição / (Reversão)	Saldos em 31/12/2016
Revisão do Plano - Patrocinadora	86	20	-	106
Revisão do Plano - Participantes	1.044	220	(239)	1.025
FMC Technologies ⁽¹⁾	639	279	198	1.116
JBT	707	173	(137)	744
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	12	7	35	54
Revisão do Plano - Patrocinadora	5	1	200	206
Revisão do Plano - Participantes	690	165	(372)	483
Revisão do Plano	-	-	-	1
MCPPrev	1.016	201	131	1.348
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	176	48	161	385
Revisão do Plano	678	123	-	801
Outros Previsto em nota Técnica Atuarial	162	30	(30)	162
Mineração Descalvado	23	4	22	49
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	19	3	-	22
Revisão do Plano - Patrocinadora	-	-	5	5
Revisão do Plano - Participantes	-	-	22	22
Revisão do Plano	4	1	(5)	-
Mosaic I ⁽¹⁾	3.136	434	246	3.816
Mosaic II	867	160	387	1.414
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	526	113	498	1.137
Revisão do Plano	341	47	(111)	277
NitroPrev ⁽¹⁾	-	2	35	37
Owens ⁽¹⁾	5.255	861	988	7.104
Prev Pisa	469	84	(63)	490
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	155	37	43	235
Revisão do Plano - Patrocinadora	283	42	(95)	230
Revisão do Plano - Participantes	31	5	(11)	25
RTM ⁽¹⁾	10	8	(11)	7
Schneider ⁽¹⁾	2.001	471	1.688	4.160
SWPREV ⁽¹⁾	368	82	407	857
Tokio Marine	2.793	370	(283)	2.880
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1.745	290	845	2.880
Outros - Provisão IR 2014 ⁽²⁾	1.048	80	(1.128)	-
Vatech ⁽³⁾	3	1	-	4
Vitoprev ⁽¹⁾	221	8	(156)	73
TOTAL	33.656	6.949	6.035	46.642

⁽¹⁾ Refere-se a Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.

⁽²⁾ Referente a reversão da provisão contingencial - imunidade tributária, decorrente da desistência de processo judicial, líquida do valor recolhido a Receita Federal do Brasil. A destinação do valor será avaliada pelo Conselho Deliberativo, observando parecer do atuário responsável pelo Plano.

⁽³⁾ Iniciado o processo de retirada em 12/02/2009 com aprovação da Previc, onde foram realizadas as primeiras liquidações. Em 15/03/2010 foi divulgada a portaria 146 que aprovou o segundo aditamento ao Termo de Retirada da Patrocinadora. O processo encontra-se em fase de liquidação final junto aos participantes.

8. Notas Explicativas

b) Fundos Administrativos

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2015	Remuneração	Constituição / (Reversão)	Saldos em 31/12/2016
AESPM	12	2	3	17
Ahlstrom	61	6	(27)	40
Alstom	286	46	(266)	66
Alstom Energia	-	14	258	272
Anbima	3	2	25	30
Belocal	281	39	16	336
Billiton	64	7	(59)	12
Campari Prev.	513	56	(161)	408
Campari Suplementar	2	1	1	4
CETIP	349	46	(137)	258
Cisper	103	17	(1)	119
EmersonPrev	315	62	(80)	297
Essilor	10	1	4	15
FMC Química	47	3	(47)	3
FMC Technologies	164	24	(183)	5
JBT	79	16	(74)	21
McPrev	382	71	2	455
Mineração Descalvado	19	4	16	39
Mosaic I	1.104	99	(967)	236
Mosaic II	682	86	(178)	590
NitroPrev	13	1	(11)	3
Owens	763	85	(131)	717
Prev Pisa	154	32	31	217
RTM	48	9	4	61
Schneider	819	142	12	973
SW Prev	1.738	242	(295)	1.685
Tokio Marine	359	48	(79)	328
Vatech	4	1	(1)	4
Vitoprev	58	5	(15)	48
TOTAL	8.432	1.167	(2.340)	7.259

Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 12 – COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	2016	2015
Participação no Plano de Gestão Administrativa	7.259	8.432
AESPM	17	12
Ahlstrom	40	61
Alstom	66	286
Alstom Energia	272	-
Anbima	30	3
Belocal	336	281
Billiton	12	64
Campari Prev.	408	513
Campari Suplementar	4	2
CETIP	258	349
Cisper	119	103
EmersonPrev	297	315
Essilor	15	10
FMC Química	3	47
FMC Technologies	5	164
JBT	21	79
McPrev	455	382
Mineração Descalvado	39	19
Mosaic I	236	1.104
Mosaic II	590	682
NitroPrev	3	13
Owens	717	763
Prev Pisa	217	154
RTM	61	48
Schneider	973	819
SWPREV	1.685	1.738
Tokio Marine	328	359
Vatech	4	4
Vitoprev	48	58

Descrição	2016	2015
Participação no Fundo Administrativo PGA	7.259	8.432
AESPM	17	12
Ahlstrom	40	61
Alstom	66	286
Alstom Energia	272	-
Anbima	30	3
Belocal	336	281
Billiton	12	64
Campari Prev.	408	513
Campari Suplementar	4	2
CETIP	258	349
Cisper	119	103
EmersonPrev	297	315
Essilor	15	10
FMC Química	3	47
FMC Technologies	5	164
JBT	21	79
McPrev	455	382
Mineração Descalvado	39	19
Mosaic I	236	1.104
Mosaic II	590	682
NitroPrev	3	13
Owens	717	763
Prev Pisa	217	154
RTM	61	48
Schneider	973	819
SWPREV	1.685	1.738
Tokio Marine	328	359
Vatech	4	4
Vitoprev	48	58

8. Notas Explicativas

Descrição	2016	2015
Superávit Técnico Acumulado	16.516	7.801
Anbima	53	-
Azenprev	1.476	-
CETIP	7	-
Cisper	760	446
FMC Química	3.476	1.720
FMC Technologies	2.893	570
JBT	-	54
McPrev	604	447
Mineração Descalvado	5	18
Mosaic I	-	611
Mosaic II	137	95
Prev Pisa	367	229
RTM	78	-
SWPREV	5.485	2.884
Tokio Marine	1.175	727
(-) Déficit Técnico Acumulado	(14.023)	(10.166)
Azenprev	-	(340)
Billiton	(5.707)	(1.169)
Campari Prev.	-	(83)
EmersonPrev	1.096	(263)
Essilor	(141)	(225)
Owens	(8.200)	(7.382)
Schneider	(1.071)	(704)

8. Notas Explicativas

NOTA 13 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Encontra-se em análise na Previc o processo nº 44011.501366/2016-13, referente ao pedido de transferência de gerenciamento do Plano Stora Enso, administrado pela Múltipla – Multiempresas de Previdência Complementar para o Itaú Fundo Multipatrocinado, a ser realizada em 2017.
- b) Encontra-se em análise na Previc o processo nº 44011.501304/2016-10, referente a incorporação do Plano Cisper pelo Plano Owens Illinois, através do Ofício nº 312/2017/PREVIC de 07/02/2017.

9. Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
Itaú Fundo Multipatrocinado

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Itaú Fundo Multipatrocinado (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Itaú Fundo Multipatrocinado, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no. 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e demonstração das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Itaú Fundo Multipatrocinado e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

A) 2016

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 A 12/2016				
PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS %AA
100,00	RENDA FIXA	100,00	IMA Geral	0,00
100,00	RENDA VARIÁVEL	100,00	IBrX	0,00
80,00	PLANO	100,00	IMA Geral	0,00
20,00	PLANO	100,00	IBrX	0,00

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

DATA DE APROVAÇÃO PELO CONSELHO DELIBERATIVO: 02/12/2015

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO				
PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
01/01/2016 a 31/12/2016	RENDA VARIÁVEL	ARTHUR LOPES LENCASTRE	852.924.607-10	Diretor de Investimentos
01/01/2016 a 31/12/2016	PLANO	ARTHUR LOPES LENCASTRE	852.924.607-10	Diretor de Investimentos
01/01/2016 a 31/12/2016	RENDA FIXA	ARTHUR LOPES LENCASTRE	852.924.607-10	Diretor de Investimentos

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

Risco de Liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

Risco Legal

Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

Risco Operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

Risco Contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apuração de ativos financeiros e possuem modelo proprietário de risco.

Estudos de ALM não são realizados.

Observação: A metodologia de apuração de ativos financeiros e os modelos de controle de risco são de propriedade do gestor contratado pela Entidade, o Itaú Asset Management.

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

A) 2016

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 A 12/2016			
SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO %
RENDA FIXA	50,00	100,00	80,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	50,00	20,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.

Utiliza derivativos.

Avaliação prévia dos riscos envolvidos.

Existência de Sistemas de controles internos.

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

EMISSOR	MÍNIMO%	MÁXIMO%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

A) 2016

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

B) 2017

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2017 a 12/2017				
Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
80,00	PLANO	100,00	DI-CETIP	0,00
20,00	PLANO	100,00	IBrX	0,00
100,00	RENDA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	RENDA VARIÁVEL	100,00	IBrX	0,00

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

DATA DE APROVAÇÃO PELO CONSELHO DELIBERATIVO: 12/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	PLANO	Nelson Gonçalves Junior	170.092.638-17	Diretor de Investimentos
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	Nelson Gonçalves Junior	170.092.638-17	Diretor de Investimentos
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	Nelson Gonçalves Junior	170.092.638-17	Diretor de Investimentos

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

Risco de Liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

Risco Legal

Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

Risco Operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

Risco Contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apreçamento de ativos financeiros e possuem modelo proprietário de risco.

Estudos de ALM não são realizados.

Observação: A metodologia de apreçamento de ativos financeiros e os modelos de controle de risco são de propriedade do gestor contratado pela Entidade, o Itaú Asset Management.

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

B) 2017

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	75,00	85,00	80,00
RENDA VARIÁVEL	15,00	25,00	20,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.

Utiliza derivativos.

Avaliação prévia dos riscos envolvidos.

Existência de Sistemas de controles internos.

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

B) 2017

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00

2. Políticas de Investimentos – Do Plano

PERÍODO: 2017 - 2021

PATROCINADORA: ASSOCIACAO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING

Aprovada em 06 de dezembro de 2016

Introdução

Este documento, constituído pelo Itaú Fundo Multipatrocinado (IFM) com anuência da patrocinadora ASSOCIACAO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING, formaliza os objetivos e restrições de investimento da gestão dos recursos do PLANO DE APOSENTADORIA AESPM administrado pelo IFM por meio da designação dos segmentos de ativos utilizados, dos ativos autorizados em cada segmento, das faixas de alocação estratégica e das características e restrições da gestão de cada segmento.

Além das condições, especificações e restrições aqui apresentadas, aplicam-se todas aquelas indicadas na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

1. Meta Atuarial do Plano

A meta atuarial mínima do Plano é INPC + 5,00% a.a.

2. Diretrizes de Alocação dos Recursos

2.1 - Segmentos de Aplicação

Conforme especificado na regulamentação em vigor, esta política de investimentos refere-se à alocação dos recursos do Plano de Previdência Complementar em cada uma dos seguintes segmentos:

- Renda Fixa;
- Renda Variável;
- Investimentos estruturados;
- Investimentos no exterior;
- Imóveis;
- Operações com participantes.

2.2 - Faixas de Alocação de Recursos

A alocação nas faixas específicas de cada um dos segmentos será feita de acordo com os objetivos da carteira, nas condições especificadas no regulamento do plano, conforme abaixo:

Segmento de aplicação	Limite inferior	Limite superior	Limite Legal
Renda fixa	60%	100%	100%
Renda variável	0%	20%	70%
Investimentos Estruturados	0%	10%	20%
Fundos de Investimentos Imobiliários, FIP, FIEE	0%	0%	10%
FI ou FIC Multimercado	0%	10%	10%
Investimentos no exterior	0%	10%	10%
Imóveis	0%	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	0%	0%	15%
Empréstimos a participantes	0%	0%	15%
Financiamentos imobiliários a participantes	0%	0%	10%

2.3 - Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação tem por objetivo maximizar a relação retorno versus risco do PLANO DE APOSENTADORIA AESPM, de acordo com os benchmarks definidos nessa política.

2.4 - Processo de Gestão da Alocação

A gestão de alocação entre os segmentos tem o objetivo de gerar retornos diferenciados, superiores aos seus benchmarks e à meta atuarial de referência, em diferentes horizontes de acumulação, de acordo com o padrão de risco assumido. Além disso, a alocação de ativos deve se manter coerente com seus objetivos de acumulação de longo prazo.

O processo de alocação de ativos visa maximizar a relação retorno x risco, respeitando os limites de concentração (máximos e mínimos) previamente estabelecidos para a carteira, para caracterizar o padrão de aversão ao risco. De forma geral o processo pode ser descrito conforme abaixo.

Na primeira fase, são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia, tais como, taxa de juros spot, câmbio, inflação e risco país. Além disso, são definidos cenários alternativos (otimista e pessimista) ao cenário básico.

Na segunda fase, com base no cenário básico, são projetados individualmente valores para diversos fatores de risco, como taxas de juros nominais, taxas de juros reais, inflação implícita, câmbio, e índice Bovespa. Estes valores são utilizados para calcular as expectativas de preço dos ativos para um determinado horizonte de investimento. A partir destes preços são calculadas as expectativas de retorno para cada ativo e sua contribuição para que a carteira alcance o seu retorno alvo. Atualmente o horizonte de investimento é trimestral, mas são feitas projeções para horizontes mais longos. Esse processo pode ser revisto a qualquer momento, em função da volatilidade do mercado e de eventuais mudanças no cenário macroeconômico.

Ao longo do processo são consideradas as restrições de investimento específicas da carteira. Além disso, as decisões de movimentação são tomadas de maneira a minimizar os custos de transação diretos (IOF, corretagem, emolunen-

2. Políticas de Investimentos – Do Plano

tos, etc.) e indiretos (impacto de mercado nos preços).

O processo de desinvestimento é endógeno ao processo: ativos são vendidos ou comprados em função das decisões de alocação, da sua relação de risco e retorno, e das necessidades de caixa da carteira ou plano de benefícios.

3. Diretrizes para Gestão de cada Segmento

3.1 - Benchmarks por segmento

Ficam estabelecidos os seguintes benchmarks para os segmentos, sendo que tais indicadores não representam qualquer garantia de rentabilidade:

Renda Fixa – 73% CDI + 25% IMAB5 + 2% IRFM

Renda Variável – não se aplica.

Investimentos estruturados – não se aplica.

Investimentos no exterior – não se aplica.

Imóveis – não se aplica.

Operações com participantes - não se aplica

3.2 - Benchmark da Carteira Total

73% CDI + 25% IMAB5 + 2% IRFM

3.3 - Segmento de Renda Fixa

Esse segmento é composto por títulos públicos e privados e por operações com derivativos cujo objetivo é sintetizar operações de renda fixa. O processo de decisão de investimentos nesse segmento se baseia na avaliação da estrutura a termo das taxas de juros, mais especificamente o retorno esperado e o risco dos diversos vencimentos componentes da curva de juros nominal e real. Para as emissões em crédito privado considera-se ainda a qualidade do emissor (rating), o prazo da operação e o spread de crédito correspondente.

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de renda fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, considerando-se que:

3.3.1- Crédito Privado

A participação em títulos privados no segmento de Renda Fixa está sujeita às restrições da legislação e às restrições descritas abaixo.

Só poderão ser adquiridos os títulos de emissão de Pessoas Jurídicas financeiras e/ou jurídicas não financeiras, cujo “rating” (do emissor, da emissão ou do fundo) na data da aquisição do ativo, seja um dos constantes da tabela abaixo. No caso de classificação feita por mais de uma agência, será considerado apenas o rating mais baixo (pior):

MOODY'S	S&P	Fitch Rating ⁽²⁾		Austin Rating	SR Rating
		Rating	Score		
Aaa	AAA	AAA	10	AAA	AAA
Aa1	AA+	AA+	9	AA+	AA+
Aa2	AA	AA	9	AA	AA
Aa3	AA-	AA-	9	AA-	AA-
A1	A+	A+	8	A+	A+
A2	A	A	8	A	A
A3	A-	A-	8	A-	A-
Baa1	BBB+	BBB+	7	BBB+	BBB+
Baa2	BBB	BBB	7	BBB	BBB
Baa3	BBB-	BBB-	7	BBB-	BBB-

Estão autorizadas as emissões lastreadas em Depósitos com Garantia Especial de Saque – DPGE, sob o amparo do FGC - Fundo Garantidor de Créditos, desde que limitadas ao montante de R\$ 20 milhões, por emissor, por CNPJ.

3.3.2- Outras Considerações

- No caso de rebaixamento do respectivo rating após a data de aquisição do ativo, o gestor envidará seus melhores esforços para a negociação do mesmo ao seu critério.
- O IFM tem a prerrogativa de rever a presente política a qualquer momento.
- As operações com derivativos poderão ser utilizadas para posicionamento, exposição ou hedge e deverão seguir as restrições e condições da Resolução CMN 3.792.

3.4 - Segmento de Renda Variável

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de renda variável, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, inclusive em cotas de fundos de ações.

As operações com derivativos poderão ser utilizadas para posicionamento, exposição ou hedge e deverão seguir as restrições e condições da Resolução CMN 3.792.

3.5- Segmento de Investimentos Estruturados

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

3.6 - Segmento de Investimentos no Exterior

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

3.7 - Segmento de Imóveis

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

3.8 - Segmento de Empréstimos e Financiamento a participante

2. Políticas de Investimentos – Do Plano

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

4. Limites de Alocação e Concentração por Emissor

As restrições de alocação e concentração por emissor são aquelas presentes na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

5. Outras Diretrizes

5.1- Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

• Risco de Mercado

Segundo o Artigo 13 da Resolução CMN nº 3792/2009, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

O processo de gerenciamento do risco de mercado das carteiras dos Planos da Entidade deve ser feito de acordo com os seguintes limites:

Segmento de Renda Fixa: Limite de B-VaR igual a 0,90%, com intervalo de confiança de 95% e horizonte de tempo igual a 21 dias úteis, em relação ao benchmark de renda fixa.

O monitoramento diário dos limites de risco caberá ao gestor, conforme os limites acima.

• Risco de Crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de inadimplência das contrapartes em operações realizadas com o veículo de investimento considerado (fundos de investimento, carteira administrada, carteira própria, etc.) ou dos emissores de títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento, podendo ocorrer, conforme o caso, perdas financeiras até o montante das operações contratadas e não liquidadas, assim como dos rendimentos e/ou do valor do principal dos títulos e valores mobiliários.

Conforme estabelecido no item 3.3.1, a aquisição deste tipo de ativo está sujeita a análise do gestor e a consonância com os ratings mínimos estabelecidos por agências específicas e especificados no referido item. Estes ratings indicam emissores ou emissões consideradas como de baixo risco de crédito, o que mitiga o risco inerente.

Além do mais, em última instância, vale sempre a análise mais conservadora, pois o gestor tem a discricionariedade na alocação de crédito, mesmo estando o emissor enquadrado nos ratings mínimos estabelecidos.

• Risco de Liquidez

O risco de liquidez caracteriza-se pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento considerado (fundos de investimento, carteira administrada, carteira própria, etc.) nos respectivos mercados em que são negociados. Nesse caso, o gestor do veículo de investimento considerado pode encontrar dificuldades para negociar os referidos títulos e valores mobiliários pelo preço e em tempo desejados, e o custodiante, para liquidar as posições.

O gerenciamento do risco de liquidez será preocupação constante para o IFM, e, como prudência, a mesma manterá estabelece ao gestor a manutenção de recursos em ativos de liquidez. Com a adoção dessa política, o IFM

elimina a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos no curto prazo.

• Risco Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Do lado da gestão de recursos, a terceirização feita com gestores de porte indica a existência de processos que mitigam tais riscos. Estas instituições, até por força de lei, são obrigadas a ter processos de contínua monitoração de suas atividades, realizando testes e outros procedimentos necessários.

• Risco Legal

Como forma de gerenciar o risco legal a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

• Risco Sistemico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procurará buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomará todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

5.2 - Descrição do processo de Terceirização de Administração, Custódia

O Conselho Deliberativo do IFM decidiu manter a administração de seus recursos terceirizada junto ao Itaú Unibanco.

O Conselho Deliberativo do IFM decidiu manter a custódia de seus ativos financeiros junto ao Itaú Unibanco.

5.3 - Descrição da Estratégia de Formação de Preço

Fica determinado que a determinação dos preços dos ativos siga a política do Administrador de Recursos contratado.

5.4 - Princípios de Responsabilidade Socioambiental

O IFM, suas Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, prezam muito os princípios de respeito ao meio ambiente, convívio social e as boas práticas de governança. Portanto, recomenda-se a todos os contratados e prepostos da Entidade observar e zelar por esses princípios.

Entretanto a Entidade não irá impor qualquer limite de investimento que exija a observância de fatores de princípios ambientais, sociais e de governança, cabendo ao Gestor contratado tomar esse tipo de decisão.

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

MÊS DE REFERÊNCIA: 12/2016

ENTIDADE: 3126-IFM

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DATA DE GERAÇÃO: 10/03/2017 14:32:56

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	8.171.524,18
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	8.171.524,18
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	743.439,22
Depósitos:	0,00
Títulos Públicos:	671.038,62
Títulos Privados:	0,00
Ações:	71.706,98
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	693,62
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
01.601.394/0001-04	7.974,50
01.601.394/0001-04	37,05
01.601.394/0001-04	151.941,30
04.751.820/0001-76	2.232,70
04.751.820/0001-76	2.781,90
04.751.820/0001-76	2.918,53
04.751.820/0001-76	3.428,44
04.751.820/0001-76	1.184,47
04.751.820/0001-76	154,36
04.751.820/0001-76	17.961,62
04.751.820/0001-76	130,02
05.092.264/0001-36	10.857,62
05.092.264/0001-36	2.671,96
05.092.264/0001-36	2.604,50
05.092.264/0001-36	6.958,78
05.092.264/0001-36	18.891,25
05.092.294/0001-42	231,97
05.092.294/0001-42	956,22
05.092.294/0001-42	199,90
05.092.294/0001-42	627,17
05.092.294/0001-42	2.771,71

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
05.092.294/0001-42	9.550,45
06.175.696/0001-73	4.439,87
06.175.696/0001-73	10.281,21
07.096.486/0001-52	2.060,91
07.096.486/0001-52	6.691,41
07.096.486/0001-52	38.062,62
07.096.486/0001-52	118,57
07.096.486/0001-52	394,19
07.096.486/0001-52	8,59
07.096.486/0001-52	65,15
07.096.486/0001-52	698,20
07.658.922/0001-30	31.392,30
07.658.922/0001-30	21.409,54
07.658.922/0001-30	46.778,34
07.658.922/0001-30	30.575,23
07.658.922/0001-30	96,88
07.658.922/0001-30	3.640,75
07.658.922/0001-30	11.199,50
07.658.922/0001-30	121,80
07.658.922/0001-30	5.943,27
07.658.922/0001-30	3.481,52
07.672.392/0001-84	13.382,91
07.672.399/0001-04	387.810,94
07.892.298/0001-30	190,17
07.892.298/0001-30	458,15
07.892.298/0001-30	191,58
07.892.298/0001-30	522,36
07.892.298/0001-30	1.301,37

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
07.892.298/0001-30	5.985,51
07.894.727/0001-09	3.331,10
07.894.727/0001-09	1.890,83
07.894.727/0001-09	11.714,97
07.895.034/0001-30	6.625,51
07.895.034/0001-30	2.430,44
07.895.034/0001-30	1.154,89
07.895.034/0001-30	7.744,13
07.895.082/0001-29	232,39
07.895.082/0001-29	54,44
07.895.082/0001-29	149,12
07.895.082/0001-29	669,04
07.895.082/0001-29	28.015,55
07.895.087/0001-51	355,48
07.895.087/0001-51	80,11
07.895.087/0001-51	245,72
07.895.087/0001-51	1.068,58
07.895.087/0001-51	14.397,84
07.897.902/0001-11	315,81
07.897.902/0001-11	1.188,07
07.928.916/0001-55	4.384,77
07.928.916/0001-55	2.706,59
07.928.916/0001-55	1.360,47
07.928.916/0001-55	13.591,16
07.928.916/0001-55	102.868,78
07.928.916/0001-55	41.039,25
07.928.916/0001-55	4.625,87
07.928.916/0001-55	18.202,41

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
07.928.916/0001-55	8.087,16
07.928.916/0001-55	124.338,48
07.928.916/0001-55	3.283,11
07.928.916/0001-55	107.721,81
07.928.916/0001-55	46.494,36
07.928.916/0001-55	2.859,32
07.928.916/0001-55	1.952,99
07.928.916/0001-55	116.417,37
07.928.916/0001-55	356.344,79
07.928.916/0001-55	16.487,32
07.928.916/0001-55	75.359,25
07.928.916/0001-55	29.631,23
07.928.916/0001-55	3.391,53
07.928.916/0001-55	67,59
07.928.916/0001-55	3.720,03
07.928.916/0001-55	2.222,55
07.928.916/0001-55	6.865,34
07.928.916/0001-55	22.069,46
07.928.916/0001-55	135.286,67
07.928.916/0001-55	47.574,56
07.928.916/0001-55	209,44
07.928.916/0001-55	9.565,47
07.928.916/0001-55	6.230,32
07.928.916/0001-55	3.565,51
07.928.916/0001-55	2.513,19
08.170.146/0001-97	1.190,05
08.170.146/0001-97	338,15
09.087.314/0001-48	64,03

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
09.087.314/0001-48	264,06
09.087.314/0001-48	65,22
09.087.314/0001-48	173,72
09.087.314/0001-48	752,92
09.087.314/0001-48	2.648,07
09.087.708/0001-04	3.879,19
09.087.708/0001-04	11.878,68
09.087.708/0001-04	1.004,91
09.087.708/0001-04	5.425,54
09.087.708/0001-04	3.122,54
09.087.708/0001-04	1.077,29
09.087.708/0001-04	40.566,61
09.125.491/0001-71	17.390,96
09.344.955/0001-30	1.928,73
09.344.955/0001-30	108,11
09.344.955/0001-30	11.117,75
09.344.955/0001-30	24.630,72
09.344.955/0001-30	15.229,74
09.344.955/0001-30	63,62
09.344.955/0001-30	251,83
09.344.955/0001-30	6.066,27
09.344.955/0001-30	3.135,47
09.344.955/0001-30	13.447,23
09.344.955/0001-30	1.838,87
09.344.955/0001-30	173,56
10.263.584/0001-41	7.759,90
10.263.584/0001-41	3.044,95
10.263.584/0001-41	22.503,67

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
10.263.584/0001-41	42.548,39
10.263.584/0001-41	1.421,03
10.263.584/0001-41	2.391,04
10.263.584/0001-41	3.427,98
10.263.584/0001-41	1.184,32
10.263.584/0001-41	55.204,43
10.263.584/0001-41	8.122,24
10.263.584/0001-41	14.723,39
10.263.584/0001-41	5.027,72
10.263.584/0001-41	3.823,99
10.263.584/0001-41	12.241,08
10.263.584/0001-41	7.887,77
10.263.584/0001-41	3.159,01
10.263.584/0001-41	1.872,56
11.419.811/0001-48	1.294,99
11.419.818/0001-60	3.659,60
11.419.818/0001-60	737,42
11.419.818/0001-60	138,50
11.419.818/0001-60	55.730,48
11.419.818/0001-60	3.338,62
11.419.818/0001-60	197.862,49
11.419.818/0001-60	23.345,86
11.419.818/0001-60	3.312,13
11.419.818/0001-60	15.236,05
11.419.818/0001-60	54.568,79
11.419.818/0001-60	46,25
11.419.818/0001-60	686,12
11.419.818/0001-60	7.468,68
11.419.818/0001-60	4.282,09

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
12.029.811/0001-02	3.105,25
12.029.811/0001-02	308,62
12.029.811/0001-02	272,70
12.029.811/0001-02	0,60
12.029.811/0001-02	10.587,39
12.029.811/0001-02	663,98
13.028.336/0001-04	1.415,97
13.028.336/0001-04	81.290,49
13.028.336/0001-04	67.126,41
13.028.336/0001-04	146.714,42
13.028.336/0001-04	122.036,66
13.028.336/0001-04	24.326,50
13.028.336/0001-04	1.519,26
13.028.336/0001-04	77.528,68
13.028.336/0001-04	296.163,96
13.028.336/0001-04	13.420,04
13.028.336/0001-04	37.259,92
13.028.336/0001-04	63.114,66
13.028.336/0001-04	2.491,57
13.028.336/0001-04	255,02
13.028.336/0001-04	3.162,44
13.028.336/0001-04	7.619,34
13.028.336/0001-04	24.272,11
13.028.336/0001-04	27.050,65
13.028.336/0001-04	322,20
13.028.336/0001-04	8.759,24
13.028.336/0001-04	15.683,39
13.028.336/0001-04	67.837,30
13.028.336/0001-04	9.297,70

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
13.028.336/0001-04	2.151,36
13.028.340/0001-72	22.399,53
13.028.340/0001-72	48.816,39
13.028.340/0001-72	6.271,41
13.028.340/0001-72	15.841,96
13.028.340/0001-72	2.501,89
13.028.340/0001-72	204,83
13.028.340/0001-72	1.903,19
13.028.340/0001-72	6.182,14
13.028.340/0001-72	13.580,91
13.028.340/0001-72	129,39
13.028.340/0001-72	9.433,36
13.028.340/0001-72	27.166,91
13.028.340/0001-72	5.592,16
13.412.264/0001-02	19.446,31
13.412.264/0001-02	8.468,53
14.097.514/0001-11	580.549,16
14.097.514/0001-11	165.420,60
14.437.383/0001-74	151.654,70
15.477.891/0001-49	10.986,12
15.477.891/0001-49	565,93
15.477.891/0001-49	18.329,52
15.477.891/0001-49	1.652,04
15.477.891/0001-49	3.073,38
15.477.891/0001-49	28.462,25
15.477.891/0001-49	3.432,48
17.073.556/0001-00	2.443,71
17.073.556/0001-00	10.692,44

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
17.073.556/0001-00	1.427,98
20.147.499/0001-71	2.284,45
20.355.007/0001-33	2.558,13
20.355.007/0001-33	2.391,94
20.355.007/0001-33	678,68
20.355.007/0001-33	6.791,66
20.355.007/0001-33	30.626,56
20.355.007/0001-33	2.311,44
20.355.007/0001-33	9.098,82
20.355.007/0001-33	4.042,01
20.355.007/0001-33	62.737,50
20.355.007/0001-33	1.641,84
20.355.007/0001-33	54.100,30
20.355.007/0001-33	23.162,26
20.355.007/0001-33	1.440,30
20.355.007/0001-33	27.657,62
20.355.007/0001-33	885,13
20.355.007/0001-33	69.882,61
20.355.007/0001-33	176.110,62
20.355.007/0001-33	9.826,93
20.355.007/0001-33	45.293,31
20.355.007/0001-33	56.575,26
20.355.007/0001-33	1.816,25
20.355.007/0001-33	36,85
20.355.007/0001-33	1.845,98
20.355.007/0001-33	1.075,76
20.355.007/0001-33	3.415,56
20.355.007/0001-33	11.002,06

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
20.355.007/0001-33	67.630,72
20.355.007/0001-33	28.641,60
20.355.007/0001-33	118,75
20.355.007/0001-33	5.108,12
20.355.007/0001-33	3.221,58
20.355.007/0001-33	1.796,00
20.355.007/0001-33	1.255,82
20.355.035/0001-50	1.443,71
20.355.035/0001-50	5,21
20.355.082/0001-02	22.921,26
20.355.082/0001-02	3.186,63
20.355.082/0001-02	14.771,66
20.355.082/0001-02	1.582,75
20.355.082/0001-02	18.359,60
23.611.241/0001-72	8.561,30
23.731.629/0001-07	1.837,73
23.731.629/0001-07	2.815,07
23.731.629/0001-07	6.486,79
23.731.629/0001-07	8.155,15
23.872.691/0001-19	89,78
23.872.691/0001-19	4,07
23.872.691/0001-19	643,42
23.872.691/0001-19	5,77
23.872.691/0001-19	11,82
23.872.691/0001-19	306,13
23.872.691/0001-19	21,66
23.872.753/0001-92	59,42
23.872.753/0001-92	23,22

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
23.872.753/0001-92	11,45
23.872.753/0001-92	75,51
23.872.753/0001-92	8,74
25.306.641/0001-08	7.929,61
25.306.641/0001-08	1.662,94
25.306.641/0001-08	1.359,67
25.306.641/0001-08	13.583,12
25.306.641/0001-08	71.873,58
25.306.641/0001-08	37.819,46
25.306.641/0001-08	4.623,10
25.306.641/0001-08	18.191,66
25.306.641/0001-08	8.082,36
25.306.641/0001-08	123.950,39
25.306.641/0001-08	3.281,18
25.306.641/0001-08	106.880,26
25.306.641/0001-08	46.082,71
25.306.641/0001-08	2.816,25
25.306.641/0001-08	185.821,54
25.306.641/0001-08	1.802,86
25.306.641/0001-08	354.708,21
25.306.641/0001-08	57.231,04
25.306.641/0001-08	64,04
25.306.641/0001-08	3.661,02
25.306.641/0001-08	2.193,58
25.306.641/0001-08	6.836,14
25.306.641/0001-08	21.951,62
25.306.641/0001-08	135.206,42
25.306.641/0001-08	179,58

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	7.428.084,96
25.306.641/0001-08	10.187,71
25.306.641/0001-08	5.958,60
25.306.641/0001-08	3.540,14
25.306.641/0001-08	2.511,72
22.282.992/0001-20	21.658,47
22.773.440/0001-14	199,00
22.773.440/0001-14	101,05
22.773.440/0001-14	2.500,86
22.773.440/0001-14	97,61
22.773.440/0001-14	291,70
22.773.440/0001-14	678,49
22.773.440/0001-14	32,33
19.452.065/0001-04	8.587,88
19.452.065/0001-04	1.593,18
19.452.065/0001-04	7.269,27
19.549.528/0001-42	31.833,39
19.549.528/0001-42	9.066,44
19.831.126/0001-36	389,16

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

+ 1.1.0.0.00.00.00 Disponível

+ 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos

- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos

- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou

b) O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

4. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Do Plano

MÊS DE REFERÊNCIA: 12/2016

ENTIDADE: 3126-IFM

PLANO DE BENEFÍCIOS: 1997000938-PLANO DE APOSENTADORIA AESPM

DATA DE GERAÇÃO: 10/03/2017 14:46:31

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	51.941.793,89
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	51.941.793,89
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	4.042,32
Depósitos:	4.042,32
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	51.937.751,57
07.096.486/0001-52	1.035.946,62
13.028.336/0001-04	12.996.343,15
20.355.007/0001-33	7.579.078,15
07.928.916/0001-55	14.192.559,83
11.419.818/0001-60	1.018.028,19
25.306.641/0001-08	15.115.795,61

Observações:

- Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
 - + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
 - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - b) O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

1. Parecer Atuarial

Introdução

A Aon na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria AESPM, administrado pelo Itaú Fundo Multipatrocinado, apresenta este parecer sobre a situação atuarial do Plano, referente à Patrocinadora Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing, em 31/12/2016.

O Plano de Aposentadoria AESPM é estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Na fase de acumulação a parcela de risco é o Benefício Mínimo, e na fase de concessão são os benefícios pagos na forma de Renda Vitalícia, quando aplicável. A parcela de Contribuição Definida do Plano é avaliada pelo método de Capitalização Individual e a parcela de Benefício Definido é avaliada pelo método do Crédito Unitário Projetado para o Benefício Mínimo de Aposentadoria Normal e Invalidez e pelo método de Repartição Simples para o Benefício Mínimo de Morte.

Dados dos Participantes

Apresentamos nos quadros a seguir, as principais características do grupo de participantes do Plano de Aposentadoria AESPM considerados nessa avaliação atuarial, posicionados em 31/08/2016.

Os dados individuais foram fornecidos pela Entidade e pela Patrocinadora à Aon que, após a aplicação de testes apropriada de consistência e realização dos necessários ajustes em conjunto com a Entidade, considerou-os apropriados para fins da presente avaliação atuariais.

Participantes Ativos ⁽¹⁾	31/7/2015	31/8/2016
Número	750	705
Idade Média (anos)	42,6	42,9
Tempo de Serviço Médio (anos)	7,3	7,9
Salário Mensal Médio (R\$) ⁽²⁾	7.967	8.883
Folha Anual de Salários – x12 (R\$) ⁽²⁾	71.699.033	75.152.722
Saldo Acumulado Total (R\$) ⁽²⁾	30.675.506	38.467.423
Participantes BPDs ⁽²⁾	31/7/2015	31/8/2016
Número	226	315
Idade Média (anos)	48,7	48,6
Salário Mensal Médio no Desligamento (R\$) ⁽²⁾	2.382	3.235
Folha Anual de Salários no Desligamento – x12 (R\$) ⁽²⁾	6.460.525	12.226.693
Saldo Acumulado Total (R\$) ⁽²⁾	3.149.967	3.676.093
Participantes Desligados da Patrocinadora sem Opção ⁽⁵⁾	31/7/2015	31/8/2016
Número	64	156
Saldo Acumulado Total (R\$) ⁽²⁾	237.387	216.491

Participantes Assistidos ⁽³⁾	31/7/2015	31/8/2016
Número	22	25
Idade Média (anos)	69,5	69,5
Benefício Mensal Médio – Rendas Vitalícias (R\$) ⁽⁴⁾	4.473,28	4.968,83
Benefício Mensal Médio – Rendas Financeiras (R\$) ⁽⁴⁾	3.556,28	3.868,68
Folha Anual de Benefícios – 13x (R\$) ⁽⁴⁾	1.052.858	1.300.228
Saldo Acumulado Total (R\$) ⁽²⁾	2.840.197	3.007.160

⁽¹⁾ Em 2016 há 3 participantes autopatrocinados, enquanto em 2015 havia 1 participante autopatrocinado.

⁽²⁾ Salários, Benefícios e Saldos posicionados na data-base dos dados.

⁽³⁾ Em 2016 há 23 aposentados e 2 pensionistas, enquanto em 2015 havia 19 aposentados e 3 pensionistas.

⁽⁴⁾ Entre os assistidos, em 2016, 22 recebem benefícios financeiros e 3 recebem benefícios vitalícios, enquanto em 2015 havia 19 recebendo benefícios financeiros e 3 recebendo benefícios vitalícios

⁽⁵⁾ Participantes não elegíveis ao benefício proporcional diferido, ou que cancelaram o plano, ou que optaram pelo resgate dos saldos no período.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Hipóteses Atuariais

As principais hipóteses e métodos atuariais utilizados na apuração do Exigível Atuarial, Provisões e Fundos dos Planos foram:

Hipóteses Econômicas e Financeiras ⁽¹⁾	31/12/2016
Taxa real anual de juros	4,5% a.a.
Projeção de crescimento real salarial	2,0% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	1
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	1

⁽¹⁾ O indexador utilizado para o reajuste salarial é o INPC, mas o indexador da parcela de Benefício Definido do Plano é o IPCA.

Hipóteses Biométricas e Demográficas	31/12/2016
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não aplicável
Hipótese sobre rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (básica e segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB – 57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Probabilidade de aposentadoria ⁽²⁾

⁽²⁾ 100% na Aposentadoria Normal.

Outras Informações

1. Parecer Atuarial

Hipóteses Biométricas e Demográficas	31/12/2015
Unidade Previdenciária ESPM	R\$ 387,07 ⁽³⁾
Composição Familiar Antes da Aposentadoria	100% casados
Composição Familiar Após a Aposentadoria	Composição real do grupo familiar

⁽³⁾ Valor reajustado pelo INPC até dezembro/2016.

As alterações efetuadas pela Portaria Previc nº 186, de 28 de abril de 2016 estabeleceram as novas taxas de juros parâmetro que poderão ser aplicadas nas Avaliações Atuariais de 2016. Conforme Estudo Técnico da Taxa de Juros realizado, recomendou-se a adoção a taxa de 4,5% a.a. para a Avaliação Atuarial de 2016. O detalhamento deste estudo encontra-se em parecer específico disponível na Entidade.

As demais hipóteses atuariais utilizadas não sofreram quaisquer alterações se comparadas com a avaliação atuarial do exercício anterior.

Métodos Atuariais

Os métodos atuariais utilizados na apuração do Exigível Atuarial, Reservas e Fundos do Plano de Aposentadoria AESPM, foram:

- Método de Capitalização Individual para avaliação de todos os benefícios das parcelas de Contribuição Definida do Plano;
- Método do Crédito Unitário Projetado para avaliação da parcela de Benefício Definido do plano referente ao Benefício Mínimo de Aposentadoria Normal e Invalidez;
- Regime de Repartição Simples para avaliação da parcela de Benefício Definido do plano referente ao Benefício Mínimo por Morte.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial para o encerramento do exercício de 2016 são apropriados e atendem a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

Os métodos atuariais utilizados não sofreram quaisquer alterações se comparados com a avaliação atuarial do exercício anterior.

A base atuarial adotada pela Aon pressupõe que, a cada ano, será efetuada uma avaliação Atuarial e os compromissos atuais e contribuições futuras serão recalculados considerando-se os dados vigentes na data da Avaliação Atuarial então realizada.

Exigível Atuarial, Reservas e Fundos

Apresentamos abaixo, a composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos em 31/12/2016, valores estes em reais (R\$), referentes ao Plano de Aposentadoria:

Conta	Nome	31/12/2016
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	52.382.128,16
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	51.337.256,56

Conta	Nome	31/12/2016
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	51.337.256,56
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	6.281.776,00
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	4.089.289,00
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	4.089.289,00
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	2.192.487,00
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS – ASSISTIDOS	1.985.510,00
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS – ASSISTIDOS	206.977,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	45.055.480,56
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	44.554.035,11
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR(ES)/ INSTITUIDOR(ES)	22.149.993,30
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	22.404.041,81
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	466.164,67
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	893.469,90
2.3.1.1.02.02.02 (-)	VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	427.305,23
2.3.1.1.02.02.03 (-)	VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	35.280,78
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	73.102,32
2.3.1.1.02.03.02 (-)	VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	37.821,54
2.3.1.1.02.03.03 (-)	VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.02.04.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	-
2.3.1.1.02.05.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO. EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	-
2.3.1.1.03.00.00 (-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00 (-)	SERVIÇO PASSADO	-
2.3.1.1.03.01.01 (-)	PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.01.02 (-)	PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.00 (-)	DÉFICIT EQUACIONADO	-
2.3.1.1.03.02.01 (-)	PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.02.02 (-)	PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.03 (-)	ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.03.03.00 (+/-)	POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
2.3.1.1.03.03.01 (+/-)	PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.03.02 (+/-)	PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.03.03 (+/-)	ASSISTIDOS	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-

1. Parecer Atuarial

Conta	Nome	31/12/2016
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-
2.3.1.2.01.02.00 (-)	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	1.044.871,60
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	1.028.129,51
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	1.028.129,51
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	16.742,09
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-
2.3.2.2.02.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	16.742,09
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores apresentados do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos do Plano foram obtidos considerando-se:

- O Regulamento do Plano de Aposentadoria AESPM, vigente em 31/12/2016;
- Os dados individuais dos participantes ativos e assistidos do Plano de Aposentadoria AESPM, posicionados em 31/08/2016, de acordo com as informações fornecidas pela patrocinadora e pela entidade à Aon, cujo resumo estatístico é apresentado na seção Dados dos Participantes deste parecer;
- A avaliação atuarial executada com base nas hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando os critérios e limites da legislação vigente, nas características da massa de participantes e no regulamento vigente do plano;
- Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pelo Itaú Fundo Multipatrocinado, administrador do Plano, à Aon, bem como os valores dos Fundos Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos.

As Provisões Matemáticas de Benefício Definido são compostas pelas Rendas Mensais Vitalícias pagas aos atuais assistidos que optaram por essa forma de recebimento dos benefícios e pelo Benefício Mínimo por Aposentadoria ou Invalidez, aos quais os ativos do Plano têm direito.

O Valor do Patrimônio para Cobertura do Plano de R\$ 51.016.986,20, é inferior ao Valor das Provisões Matemáticas de R\$ 51.337.256,56, o que gerou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 320.270,36. Tais variações ocorreram predominantemente devido à combinação da redução da taxa de juros do período em 0,5% e às variações da base de dados, uma vez que houve um aumento significativo de participantes em gozo de Benefício Proporcional Diferido com direito ao Benefício Mínimo previsto pelo Plano.

O Fundo de Reversão de Saldo, no valor de R\$ 1.348.399,87, foi utilizado para cobrir o Déficit, equilibrando a situação financeira do Plano. O valor da nova conta de Fundo de Reversão é de R\$ 1.028.129,51.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, subconta do Fundo Previdencial, foi constituído com as contribuições da Patrocinadora, às quais os Participantes não tiveram direito em razão do desligamento da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano. Este Fundo poderá, a critério da patrocinadora, ser utilizado para abater as contribuições normais e especiais da patrocinadora, incluindo a integralização do serviço passado (paga em nome de quatro participantes fundadores ativos), por decisão da patrocinadora, e/ou para cobrir insuficiências de cobertura do plano.

Plano de Custeio

Plano de Custeio para o próximo exercício

Contribuições para Custeio da Parcela de Contribuição Definida

A Contribuição Normal dos Participantes corresponde a um percentual de até 5,30% aplicado sobre a parcela do Salário de Participação superior a 9,82 Unidades Previdenciárias ESPM (UPE) do Plano, sendo que apenas os Participantes com Salário de Participação superior a 14,28 UPE são elegíveis a contribuir para o Plano. Este custo representa 3,41% da folha salarial posicionada na data-base dos dados.

Além desta contribuição, os participantes podem efetuar Contribuições Adicionais e Esporádicas, a seu próprio critério. Estas contribuições estão definidas nos itens V.1.1, V.1.2 e V.1.3 do Regulamento do Plano e este custo representa 0,01% da folha salarial posicionada na data-base dos dados.

A Contribuição Normal da Patrocinadora, definida no item V.2.1. do Regulamento do Plano, realizada em contrapartida da Contribuição Normal dos Participantes, representa 3,41% da folha salarial posicionada na data-base dos dados.

A Patrocinadora também efetuará Contribuição Especial aos Participantes Contribuintes que detinham esta condição na Data Efetiva do Plano, para Cobertura de seu Serviço Passado. O custo desta contribuição representa 0,003% da folha salarial posicionada na data-base dos dados. Conforme definido no item V.2.2. do Regulamento do Plano, a Contribuição Especial será paga em um prazo não superior a 20 (vinte) anos, sendo esse controle uma responsabilidade da Entidade. Considerando a Data Efetiva do Plano como 01/05/1997, a contribuição cessaria em 01/05/2017.

Adicionalmente, a Patrocinadora poderá efetuar, sob critério uniforme e não discriminatório, Contribuição Esporádica, conforme definido no item V.2.4. do Regulamento.

Os custos apresentados acima correspondem ao cálculo das contribuições individuais, conforme descrito no Regulamento do Plano, e refletem o resultado da massa de participantes contribuintes na data base da avaliação. Assim, tal relação percentual poderá ser diferente nos próximos meses devido ao fato de as contribuições variarem de acordo com a massa de participantes e a folha salarial, seja através de promoções, méritos ou alterada pela entrada e saída de participantes do Plano ou alteração do percentual de contribuição.

Contribuições para Custeio da Parcela de Benefício Definido

A Contribuição Suplementar destinada ao custeio do Benefício Mínimo necessária para o equilíbrio atuarial do plano será de 0,03% da folha salarial dos participantes ativos e autopatrocinados, sendo 0,027% para Benefício Mínimo por Aposentadoria Normal e Invalidez e 0,003% para Benefício Mínimo por Morte. Contudo, é facultado à patrocinadora não efetuar esta contribuição durante o exercício, abatendo o valor do Fundo Previdencial, conforme descrito no regulamento do Plano.

Outras Contribuições

Participantes Autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas próprias contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término de Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seu benefício, inclusive às destinadas ao Custeio do Benefício Mínimo, acrescidas das despesas administrativas, no mesmo percentual cobrado da patrocinadora enquanto ativo, conforme definido no Item III.6 do Regulamento do Plano.

1. Parecer Atuarial

Os Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido não pagam despesas administrativas.

Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas são custeadas diretamente para o Itaú Fundo Multipatrocinado pela patrocinadora, conforme previsão no contrato de prestação de serviços.

Conforme projeção orçamentaria da Entidade para cobertura das despesas administrativas, a patrocinadora deverá contribuir com o correspondente a 0,08% da folha salarial dos participantes ativos e autopatrocinados.

Utilização do Fundo Previdencial

Conforme previsto no Item II.9 do Regulamento do Plano, a Patrocinadora poderá utilizar o recurso acumulado no Fundo Previdencial, parcial ou integralmente, para pagamento das contribuições normais e especiais de patrocinadora, incluindo a integralização do serviço passado (paga em nome de 2 participantes fundadores ativos), por decisão da patrocinadora e/ou para cobrir insuficiências de cobertura do plano. As contribuições da patrocinadora deverão ser retomadas imediatamente após o esgotamento do saldo.

O presente plano de custeio e contribuições passa a vigorar por 1 (um) ano a partir de 1º de abril de 2017 ou até uma nova Avaliação Atuarial.

Conclusão

Na qualidade de atuários responsáveis pela Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria AESPM, administrado pelo Itaú Fundo Multipatrocinado, informamos que no momento desta Avaliação o Plano encontra-se financeiramente equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, dependendo do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter o equilíbrio.

São Paulo, 20 de março de 2017.

Juliana Inoue
Atuária – MIBA 2.424

Gabriel Rocha
Atuária – MIBA 2.764

2. Parecer do Conselho Fiscal

“PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTROLES INTERNOS

DATA-BASE 31.12.2016

Os Conselheiros Fiscais do ITAÚ FUNDO MULTIPATROCINADO procederam ao exame semestral da estrutura de controles internos da entidade, nos termos do artigo 19 da Resolução CGPC 13/04. Os exames foram realizados com o objetivo de comprovar a adequação e/ou aderência dos itens abaixo relacionados, em todos os seus aspectos relevantes, na data-base 31.12.2016, baseando-se nos estudos técnicos de aderência, nas informações contábeis e de controles internos da Entidade e no Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos, do qual o presente parecer passa a fazer parte:

- I. aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios da Entidade às normas em vigor e às políticas de investimentos;
- II. aderência das premissas e hipóteses atuariais;
- III. adequação da execução orçamentária;
- IV. adequação dos controles internos existentes frente aos riscos inerentes às operações;

Com base nos documentos apresentados o Conselho Fiscal concluiu que:

(i) a gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios está em conformidade com as normas em vigor e com as políticas de investimentos;

(ii) as premissas e hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial dos planos de benefícios relativamente:

à taxa real de juros: considerando os estudos de aderência elaborados pelas consultorias atuariais responsáveis pelos planos, concluiu-se que a premissa taxa real anual de juros está aderente aos respectivos planos;

à taxa de crescimento real de salários: considerando a manifestação das patrocinadoras e os estudos de aderência desenvolvidos pelas consultorias atuariais na ocasião da avaliação atuarial de encerramento de 2016, concluiu-se que as taxas de crescimento real de salário adotadas estão adequadas às características da massa de participantes;

à rotatividade: considerando-se que no período analisado as ocorrências se apresentaram em geral acima do esperado, a manifestação por escrito das patrocinadoras e que a adoção desta hipótese tem baixo impacto nos resultados das provisões matemáticas, dada a modalidade de benefícios dos planos, concluiu-se que a premissa está aderente a massa de participantes dos planos, entretanto, recomendou-se manter o acompanhamento/revisão periódica e sistemática desta premissa;

à mortalidade de inválidos: tendo em vista que não há amostragem suficiente para ser analisada e considerando-se o baixo impacto dessa premissa nos cálculos atuariais, recomendou-se manter o acompanhamento dessa premissa.

à tábua de mortalidade geral: considerando que na maior parte dos casos a mortalidade ficou abaixo do esperado e a modalidade dos planos, os desvios, em números absolutos, tem pouca representatividade em relação a massa total dos planos e os estudos de aderência elaborados pelas consultorias atuariais, concluiu-se pela aderência da premissa;

à tábua de entrada em invalidez: considerando houve ocorrência de entrada em invalidez abaixo do esperado, a reduzida massa de participantes exposta, que esta premissa tem baixo impacto nos resultados das provisões matemáticas, dada a modalidade de benefícios dos planos e os estudos de aderência vigentes, concluiu-se pela aderência da premissa;

ao fator de capacidade: considerando que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatos observados atualmente no cenário econômico do Brasil, recomendou-se manter o acompanhamento sistemático e periódico desta premissa;

à projeção de crescimento real dos benefícios dos planos: concluiu-se que a premissa está aderente ao estudo de aderência no caso do Plano EmersonPrevi e aos regulamentos dos planos de benefícios, nos demais casos;

à hipótese sobre a composição de família de pensionista: considerando-se as premissas utilizadas pelas consultorias atuariais para os participantes ativos, e que se adota a composição familiar efetiva para os assistidos, conclui-se que a premissa está aderente às características dos planos e à massa de participantes.

(iii) Considerando que os gastos com despesas administrativas se situaram dentro do orçamento previsto, e que as oscilações acima da meta não comprometeram o orçamento global, conclui-se que a execução orçamentária de 2016 foi efetuada de forma adequada; e

(iv) os controles internos existentes respondem satisfatoriamente aos riscos inerentes às operações da Entidade.

Complementarmente, o Conselho Fiscal solicita à Diretoria Executiva que proceda aos acompanhamentos recomendados nos itens específicos e encaminhe o presente relatório ao Conselho Deliberativo do Itaú Fundo Multipatrocinado, para conhecimento e deliberação sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas. São Paulo (SP), 20 de março de 2017. (aa) Adniel David Orense Rivas – Presidente; Gabriel Agar Silva Bertolazzi – Conselheiro Suplente.”

“PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais por planos de benefícios e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.16, baseados nos estudos técnicos de aderência, nas normas pertinentes e nos pareceres das consultorias atuariais e dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal do ITAÚ FUNDO MULTIPATROCINADO concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2016, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo. São Paulo (SP), 20 de março de 2017. (aa) Adniel David Orense Rivas – Presidente; Gabriel Agar Silva Bertolazzi – Conselheiro Suplente.”

20 de março de 2017.

Adniel David Orense Rivas
Presidente

Gabriel Agar Silva Bertolazzi
Conselheiro Suplente

3. Ata da Reunião do Conselho Deliberativo

ITAÚ FUNDO MULTIPATROCINADO

CNPJ 00.384.261/0001-52

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

DE 27 DE MARÇO DE 2017

DATA, HORA E LOCAL: Em 27.3.17, às 15h, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setubal – Piso Terraço – Sala 3, em São Paulo (SP).

MESA: Maioria dos membros, averbada a presença de Fernando Mattar Beyruti, Arnaldo Cesar Serighelli, Francisco Antonio Francisco, Patrícia Carvalho do Rosario, Pedro Gabriel Boainain, Roberto Santiago Takatsu e Willison Ribeiro – Conselheiros; Andrea Mascarenhas Poletto – Conselheira Suplente. Registrada a presença do Conselheiro Suplente Flávio da Silva Pires, na qualidade de convidado, sem direito a voto.

QUORUM: Maioria dos membros.

CONVOCAÇÃO: Por meio de correspondência endereçada aos Conselheiros.

PAUTA:

I – Matérias para Informação:

- 1) Processos PREVIC
- 2) Recadastramento 2015/2016
- 3) Informações ao COAF
- 4) Parametrização inconsistente do plano de custeio dos BPD's do Plano VitoPrev
- 5) Política de Investimentos 2017 – Benchmarks
- 6) Investimentos
 - a. Performance dos Ativos Garantidores
 - b. Enquadramento aos Limites Legais e de Política de Investimentos
- 7) Seguro PTL
- 8) Certificação de Dirigentes e Conselheiros
- 9) Habilitação de Dirigentes e Conselheiros
- 10) Eleição

II – Matérias para Deliberação:

- 1) Manifestação do Conselho Fiscal
- 2) Recomposição Diretoria
- 3) Processo de Retirada de Patrocínio com Transferência de Gerenciamento do Plano de Aposentadoria Alstom Energia x GEBSAPREV
- 4) Política de Investimentos
- 5) Premissas Atuariais e Custeio Previdencial
- 6) Posição Financeira
 - a. Posição Patrimonial
 - b. Equilíbrio Técnico
 - c. Demonstração do Resultado
- 7) Realização Orçamentária
- 8) Demonstrações Financeiras e Parecer da Auditoria

Os assuntos acima referidos, apresentados pelos membros da Diretoria Executiva, encontram-se registrados no caderno da “Reunião do Conselho Deliberativo – Itaú Fundo Multipatrocinado”, entregue aos presentes juntamente com o Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos – data-base 31.12.2016 e demais documentos atinentes à reunião, os quais ficarão arquivados na sede da Entidade.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

1. Manifestação do Conselho Fiscal

O Conselho Deliberativo tomou conhecimento da Manifestação do Conselho Fiscal de que trata o artigo 19 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (“CGPC”) 13/04 e concordou com seu parecer e com as recomendações de acompanhamento sistemático e periódico das premissas relativas à rotatividade, à mortalidade de inválidos e ao fator de capacidade.

2. Recomposição da Diretoria

Registrada a nomeação de RENATO CESAR MANSUR, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 25.609.109-2, CPF 269.319.048-76, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 14º andar, CEP 04344-902, para o cargo de Diretor, para término do mandato trienal em curso, que vigorará até a posse dos eleitos em março de 2018 e em substituição a Roberto Teixeira de Camargo, que deixa de exercer suas funções.

Registrado que o Diretor: (i) atende aos requisitos normativos e estatutários; (ii) será investido em seu cargo mediante assinatura de termo de posse no livro próprio da Entidade tão logo seu nome seja habilitado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC; (iii) findo o mandato, permanecerá em pleno exercício do cargo até a posse de seus substitutos.

3. Ata da Reunião do Conselho Deliberativo

Por fim, registrado que foram atribuídas as seguintes responsabilidades ao Diretor RENATO CESAR MANSUR:

- Plano de Benefícios - Resolução do Ministério da Previdência Social/ Conselho de Gestão da Previdência Complementar 18/06;
- Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro - Lei 9.613/98 e Instrução Normativa da Superintendência de Previdência Complementar 26/08.

3. Processo de Retirada de Patrocínio com Transferência de Gerenciamento do Plano de Aposentadoria Alstom Energia x GEBSAPREV

Aprovado o processo de Retirada de Patrocínio da patrocinadora ARVOS Brasil Equipamentos Ltda. e a Transferência de Gerenciamento do Plano de Aposentadoria Alstom Energia do IFM para GEBSA Prev Sociedade de Previdência Privada.

4. Políticas de Investimentos

Aprovada as seguintes alterações nas políticas de investimentos, registrando-se a concordância das respectivas patrocinadoras:

Alterações na Faixa de Alocação:

Plano JBT: Perfil Moderado; Faixa de Alocação: Renda Fixa: Limite Inferior: de 65% para 70%; Renda Variável: Limite Superior: de 30% para 25%;

Plano Schneider: Perfil CD; Faixa de Alocação: Renda Fixa: de 70% para 65%; Renda Variável: de 5% para 10%;

Alteração no Limite de Risco:

Plano SWPrev: Perfil Moderado; Limite de Risco RV: de 3,80% para 1,00%.

5. Premissas Atuariais e Custeio Previdencial

Premissas Atuariais

Com base nos estudos técnicos de aderência, ora aprovados por este Conselho, e considerando a manifestação favorável do Conselho Fiscal, aprovada para o exercício de 2016 a manutenção das premissas e hipóteses atuariais adotadas em 2015, com as seguintes alterações:

Plano	Premissa	2015	2016
BHP Billiton	Mortalidade de Inválidos	RRB-44	N/A
AESPM	Taxa real anual de juros	5	4,50%
Alstom	Mortalidade de Inválidos	N/A	IAPB 57
Alstom Energia	Mortalidade de Inválidos	N/A	IAPB 57
AzenPrev	Tábua de Rotatividade	Experiência Astra Zeneca 2010-2012	Experiência Willis Towers Watson modificada (+ 0,105)
Campari Básico	Taxa real anual de juros	5,00%	4,33%
	Entrada em Invalidez	Mercer Disability	Alvaro Vindas

Plano	Premissa	2015	2016
Campari Suplementar	Taxa real anual de juros	5,00%	4,33%
	Taxa real anual de juros	5,50%	5,45%
FMC Technologies	Tábua de Rotatividade	5 x Towers Watson	Experiência Willis Towers Watson modificada (+ 0,0625)
	Composição Familiar	95% casados, mulher 4 anos mais jovem, 2 filhos	75% casados, mulher 2 anos mais jovem, sem filhos
FMC Química	Taxa real anual de juros	4,90%	4,77%
	Composição Familiar	95% casados, mulher 4 anos mais jovem, 2 filhos	70% casados, mulher 2 anos mais jovem, sem filhos
Essilor	Taxa real anual de juros	5,00%	4,50%
MCPREV	Entrada em Invalidez	Mercer Disability	Alvaro Vindas
Mosaic I	Taxa de Crescimento Real de Salários	1,50%	2,50%
	Taxa real anual de juros	4,75%	4,50%
Mosaic II	Taxa de Crescimento Real de Salários	1,50%	2,50%
	Taxa real anual de juros	4,90%	5,80%
Cisper	Taxa real anual de juros	4,90%	5,70%
Descalvado	Taxa real anual de juros	4,87%	5,69%
Prev Pisa	Taxa real anual de juros	4,96%	5,20%
Schneider	Taxa real anual de juros	4,96%	5,20%
Tokio Marine	Tábua de Rotatividade	Experiência Tokio Marine (2006-2009)	Experiência Tokio Marine (2012-2015)
	Taxa real anual de juros	4,21%	4,35%
SW Prev	Taxa de Crescimento Real de Salários	3,50%	3,00%

Registrou-se ainda que: (i) em decorrência da alteração do Regulamento do Plano JBT, aprovado em 07/06/2016, os benefícios de risco foram excluídos, transformando o plano em modalidade de Contribuição Definida; e (ii) os planos Ahstrom VCP, Belocal, CIP, Cultura Inglesa, Nitroprev e Vitoprev por serem de modalidade de contribuição definida não se aplicam premissas / hipóteses atuariais.

Custeio Previdencial

Após análise e discussão, aprovado o plano de custeio previdencial para 2017, conforme estabelecido nos pareceres atuariais.

Plano de custeio para equacionamento do déficit

Aprovado o plano de custeio para equacionamento de déficit a vigorar em 2017, nos termos apresentados pela Diretoria.

3. Ata da Reunião do Conselho Deliberativo

6. Posição Financeira

Após análise e discussão, considerando o parecer favorável do Conselho Fiscal, foram aprovados (i) o balanço patrimonial, (ii) a evolução do equilíbrio técnico, (iv) o resultado acumulado do exercício de 2016 comparativamente com o ano anterior, (v) o Fundo Previdencial e o Fundo Administrativo e (vi) a demonstração do resultado.

7. Realização Orçamentária

Aprovada, após análise e discussão, a realização orçamentária de 2016.

8. Demonstrações Financeiras e Parecer da Auditoria

Após detido exame das demonstrações financeiras de 31.12.2016, acompanhadas dos pareceres das consultorias atuariais, dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo aprovou as referidas demonstrações contábeis, na forma da seguinte manifestação:

“MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Financeiras, consolidadas e individuais por plano de benefícios, e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2016, com base nos estudos técnicos de aderência, nos pareceres do Conselho Fiscal, das consultorias atuariais, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Deliberativo do ITAÚ FUNDO MULTIPATROCINADO deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, entendendo que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2016. São Paulo (SP), 27 de março de 2017. (aa) Fernando Mattar Beyruti, Arnaldo Cesar Serighelli, Francisco Antonio Francisco, Patrícia Carvalho do Rosario, Pedro Gabriel Boainain, Roberto Santiago Takatsu e Willison Ribeiro – Conselheiros; Andrea Mascarenhas Poletto – Conselheira Suplente”

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada.

São Paulo (SP), 27 de março de 2017.

FERNANDO MATTAR BEYRUTI

Presidente

ARNALDO CESAR SERIGHELLI

Conselheiro

PATRÍCIA CARVALHO DO ROSÁRIO

Conselheiro

ROBERTO SANTIAGO TAKATSU

Conselheiro

ANDREA MASCARENHAS POLETTI

Conselheira Suplente

FRANCISCO ANTONIO FRANCISCO

Conselheiro

PÉDRO GABRIEL BOAINAIN

Conselheiro

WILISSON RIBEIRO

Conselheiro

REGINALDO JOSÉ CAMILO

Secretário

Itaú fundo
multipatrocinado

Fale Conosco:

4004-4509 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 722 4509 (demais localidades)